



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

Celina Gonçalves Ferreira

**Para entender um movimento social: criação, dinâmica e desafios
do Movimento “Vem pra Rua”**

Brasília

2025



Celina Gonçalves Ferreira

Para entender um movimento social: criação, dinâmica e desafios do Movimento “Vem pra Rua”

Monografia apresentada ao Instituto
Legislativo Brasileiro – ILB como pré-requisito
para a obtenção de certificado de conclusão de
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder
Legislativo e Direito Parlamentar.

Orientador: Prof. Rafael Silveira e Silva

Brasília

2025



Termo Geral de Autorização para Publicação Digital na BDSF

Como titular dos direitos autorais do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) a disponibilizar este trabalho gratuitamente, de acordo com a licença pública Creative Commons – Atribuição - Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença 3.0 Brasil. Tal licença permite copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas, sob as seguintes condições: dar sempre crédito ao autor original, não utilizar a obra com finalidades comerciais e compartilhar a nova obra pela mesma licença no caso de criar obra derivada desta.

Celina Gonçalves Ferreira

Ferreira, Celina.

Para entender um movimento social: criação, dinâmica e desafios do
“Movimento “Vem pra Rua””. Celina Gonçalves Ferreira – Brasília,
2025.
92 p.

Orientador(a): Prof. Rafael Silveira e Silva.

Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder
Legislativo e Direito Parlamentar - Instituto Legislativo Brasileiro, 2025.

1. Assunto. 2. Outro assunto. 3. Outro assunto. I. Título.

CDD XXX.XX



Celina Gonçalves Ferreira

Para entender um movimento social: criação, dinâmica e desafios do Movimento “Vem pra Rua”

Monografia apresentada ao Instituto Legislativo Brasileiro – ILB como pré-requisito para a obtenção de certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder Legislativo e Direito Parlamentar.

Aprovada em Brasília, em 29 de abril de 2025 por:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Silveira e Silva

Senado Federal - orientador

Prof. Dr. Edvaldo Fernandes da Silva

Senado Federal - avaliador



Agradeço a Deus e aos meus pais pelo dom da vida, e aos meus filhos — Leticia Camargo, João Lucas Camargo e Guilherme Camargo — com o desejo de que nunca deixem de acreditar na construção de um mundo melhor.



AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Rafael Silveira, pelo apoio e dedicação ao longo do trabalho; à Marisa de Moraes, cuja paixão pelo conhecimento é uma fonte constante de inspiração para mim e para todos ao seu redor; ao ILB e ao Senado pela organização e realização desta pós-graduação; e aos senadores Rodrigo Cunha e Dra. Eudócia pelo incentivo ao desenvolvimento dos servidores públicos.



RESUMO

A pesquisa pretende detalhar como um movimento social surge, se organiza e busca influenciar a política no Brasil e realçar a importância do Congresso Nacional aprimorar seu contato com a sociedade e movimentos organizados da sociedade civil a fim de encurtar a relação parlamento-cidadão. Assim será pontuado o diálogo e interação do Congresso com a sociedade no período entre 2013 a 2016. Necessário, pois, uma pequena retrospectiva dos protestos que marcaram outros países anos antes de eclodir as manifestações de 2013 no Brasil. A partir daí, buscar-se-á resgatar os principais acontecimentos e ações que envolveram as manifestações de rua no decorrer do ano de 2013, elencando notícias e impressões de autores que se debruçaram para entender o que foi aquela ebulição social sem identidade consolidada, liderança e objetivos claros. Tais acontecimentos serão abordados visando, sobretudo, avaliar a influência de 2013 nas manifestações dos anos seguintes e no surgimento do Movimento “Vem pra Rua”. Será descrito o crescimento do Movimento, sua expansão, estratégias usadas, organização, estrutura de governança interna, arrecadação de recursos financeiros com vistas a custear as ações, recursos essenciais na organização e realização das manifestações de 2014 a 2016. Analisar-se-á, enfim, a dinâmica de aproximação do Movimento “Vem pra Rua” com o Congresso Nacional, suas formas de chamar a atenção para as pautas e o diálogo aberto tornando possível estabelecer interação com os parlamentares. Assim, a partir da pesquisa criteriosa, podem-se propor mudanças visando aprimorar o sistema político brasileiro e o regimento interno das Casas capazes de estreitar o relacionamento do cidadão com o Congresso Nacional ao ponto de o povo poder realmente se sentir representado.

Palavras chave: Movimento social, “Vem pra Rua”, manifestações, redes sociais, Congresso Nacional



ABSTRACT

The research aims to highlight the importance of the National Congress improving its engagement with society and organized civil society movements in order to shorten the gap between parliament and citizens. In this context, the dialogue and interaction between Congress and society during the period from 2013 to 2016 will be addressed. A brief retrospective of the protests that marked other countries in the years leading up to the 2013 demonstrations in Brazil is necessary. From there, the research will seek to recover the main events and actions that characterized the street protests throughout 2013, listing news reports and insights from authors who sought to understand that social upheaval—marked by a lack of consolidated identity, leadership, and clear objectives. These events will be examined primarily to assess the influence of 2013 on later protests and on the emergence of the Movement. The growth of the “Vem pra Rua” Movement will be described, along with its expansion, strategies used, organization, internal governance structure, and financial fundraising to support its actions—resources that were essential in organizing and carrying out the protests from 2014 to 2016. Finally, the research will analyze the dynamics of the “Vem pra Rua” Movement's approach to the Brazilian Congress, its methods for drawing attention to its agendas, and the open dialogue that enabled interaction with parliamentarians. Thus, based on rigorous research, it will be possible to propose changes aimed at improving the Brazilian political system and the internal regulations of the legislative houses, in ways that can strengthen the relationship between citizens and the National Congress, enabling the people to genuinely feel represented.

Keywords: Social movements, “*Vem pra Rua*”, *social media*, *Brazilian Congress*



Sumário

Introdução	1
1 Democracia no Brasil	4
1.1. Histórico	4
1.2. Congresso Nacional e Partidos Políticos	4
1.2.1. Papel e atuação do Congresso Nacional	5
1.2.2. Papel e atuação dos Partidos Políticos	5
2 Movimentos Sociais	9
2.1. O que são movimentos sociais?	9
2.2. Antecedentes	10
3 Movimento “Vem Pra Rua”	17
3.1. Surgimento, Objetivos e Alcance Social	17
3.2. Manifestação que deu início oficial ao Movimento “Vem pra Rua”	19
3.3. Organização do “Vem pra Rua”	26
3.4. Influência da atuação do movimento no processo eleitoral	28
4 Iniciativas a Partir de 15 de Março de 2015	32
4.1. Criatividade nos protestos	35
4.2. Aliança Nacional dos Movimentos Sociais	37
4.3. Manifestação de 16 de agosto de 2015	39
4.4. Dez medidas contra a corrupção	40
4.5. Aproximação com o TCU	40
5 Impeachment	42
5.1. Encontro de Líderes do Movimento “Vem pra Rua”	43
5.2. Eduardo Cunha, Congresso Nacional e manifestações	44
5.3. Escolha do mote da Manifestação de 13/03/2016	47
5.4. Comissão, Mapa, Comitê e Votação	49
5.5. Foro Privilegiado	61
Conclusão	64
Referências Bibliográficas	68
Links de Matérias, Imagens e Vídeos	71
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS	76
ANEXO 1 - CARTA DO POVO BRASILEIRO	77
ANEXO 2 - SOBRE AS PEDALADAS FISCAIS	78



INTRODUÇÃO

O homem, ser gregário e diferenciado, pelo dualismo - bem e mal - presente em seus atos, veio ao longo dos milênios e séculos criando ferramentas capazes de facilitar o modo de viver e vencer as intempéries, possibilitando-lhe usufruir da fartura dos bens terrestres. O processo longo, de ensaio e erro permitiu, de acordo com os locais, o surgimento de sociedades diferentes, tanto em hábitos, costumes e fazeres, quanto em variedades linguísticas. Outra característica específica também acompanhou a trajetória humana- a necessidade de ponderar e resolver conflitos - uma vez que o ser humano gosta de refutar e propor um jeito individual de resolver questões. Ele é o dono da razão.

Podem-se citar exemplos milenares, de propostas de resolução das questões sociais, tais como a Lei de Talião, o famoso “olho por olho, dente por dente” e a primeira compilação de normas punitivas aplicáveis na Mesopotâmia por Hamurabi, séculos a.c. Leis e ações foram e seguem sendo aprimoradas, de acordo com a evolução e tempos da trajetória humana, até a modernidade.

Assim, no Brasil, embora jovem, a evolução também vem ocorrendo e nos primórdios do século XXI, mais especificamente em 2013, eventos reuniram um grande número de pessoas que tomaram as ruas em protesto contra o aumento das tarifas do transporte público, em São Paulo, centro industrial por excelência, no país. São Paulo, em termos populacionais, geração de renda e emprego, pode-se afirmar, é o coração do Brasil.

Em anos anteriores a 2013 houve uma onda de protestos ao redor do mundo como em Istambul, a Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street, os Indignados da Espanha, além de levantes no Egito, Madri, Grécia, Estados Unidos, Turquia, e a Revolução Verde no Irã. Protestos, em sua maioria, liderados por jovens e convocados através das redes sociais, sem a participação direta de partidos políticos, sindicatos ou organizações tradicionais. Na ótica da pesquisa, vale realçar a importância dessas manifestações e das que aconteceram em 2013 no Brasil e que levaram um grande número de pessoas às ruas em todas as regiões e principais cidades de cada estado brasileiro. O progresso tangeu as multidões, as tecnologias atingiram as grandes massas.

Vale uma pergunta importante no cenário moderno: qual será no futuro o papel das mídias e redes sociais no país? Já que as tecnologias e mídias sociais passaram, então, a coordenar e facilitar a percepção dos problemas, o chamamento e organização dos movimentos de protesto, são marcados, agora, pela mobilização popular rápida, 2013 é, pois, no país, o



marco inicial do uso de plataformas digitais, tanto que o modelo de organização ficou conhecido como as Jornadas de Junho.

A partir de tais constatações, observa-se a relevância do assunto para a pesquisa, já que os fatos são precursores do poderio e do alcance das tecnologias nas mídias sociais que hoje tornam antigos os relatos das manhãs no mundo, podem promover perversidades, fazer heróis ou disseminar as temidas Fake News, incrível e até assustador o poder de comunicação moderno com o advento da internet e das redes sociais.

Eis, pois, que o Movimento “Vem pra Rua” surgiu em outubro de 2024, numa esteira de acontecimentos no Brasil marcados pelos protestos de rua de 2013 organizados pelas redes sociais. Assim, o estudo visa levantar, analisar, detalhar as características e as ações do Movimento “Vem pra Rua”, visto que o mesmo mobilizou milhões de pessoas por meio da internet e das redes sociais.

Vale observar, portanto que o uso da internet, em especial as redes sociais, pode impactar acontecimentos do mundo. No entanto, para Oliveira (2013), apesar da influência rápida, as redes sociais não são a causa direta de revoluções, mas sim ferramentas que podem ser utilizadas como auxílio em diversos pontos, seja para levantar debates, mobilizar pessoas, seja para organizar manifestações. São instrumentos valiosos na ampliação e participação democrática da população, uma vez que permitem uma maior mobilização política. Portanto, as redes sociais já demonstraram ser preciosas para o exercício da liberdade e cidadania, cabendo aos seus usuários, continuar nessa longa caminhada a favor da democracia.

Visa, pois, o estudo em pauta, tendo em vista a escolha do tema, mapear e descrever as etapas e ações do Movimento “Vem pra Rua”, como surgiu, organizou-se e buscou influenciar a política no país evidenciando seu impacto sobre os atores políticos e institucionais do Estado brasileiro. Os objetivos específicos, assim, incluem:

1. Levantar as ações realizadas junto aos parlamentares do Congresso Nacional e descrever como o “Vem pra Rua” foi recepcionado pelos políticos.
2. Avaliar o impacto do uso das redes sociais na comunicação das pautas do movimento e na organização das manifestações de rua.
3. Analisar a interlocução do Movimento “Vem pra Rua” com outras instituições públicas, além do Congresso Nacional.

Analisar-se-á, então, a luz de aspectos fenomenológicos importantes do período, momento importante em que o Brasil vivenciou um despertar pleno de cidadania e patriotismo, impulsionados pelas manifestações de 2013 e pelo surgimento e atuação do Movimento “Vem



pra Rua”. A pesquisa será conduzida por meio de observações, entrevistas com membros e pessoas próximas ao movimento, além de fontes secundárias, como reportagens, livros, conteúdos no YouTube, artigos acadêmicos e estudos publicados sobre movimentos sociais. As entrevistas serão realizadas utilizando questionários enviados contendo perguntas pertinentes ao assunto, com os entrevistados respondendo de acordo com a atuação no movimento, seja por áudio ou por conteúdo escrito.

Enfim, a partir dos fatos elencados na leitura de base e pensamentos e ações apontadas pelos ilustres atores entrevistados pode-se apontar, discutir, elencar e analisar o assunto primordial da pesquisa, ou seja, o diálogo e interação entre sociedade civil e o Congresso Nacional, o papel essencial das redes sociais e as consequências do Movimento “Vem pra Rua” no cenário sociopolítico brasileiro.



1 DEMOCRACIA NO BRASIL

1.1. Histórico

A democracia representativa brasileira teve início com a Proclamação da República em 1889, quando o país deixou de ser uma monarquia e passou a ser governado por presidentes eleitos, ainda que, no início, de forma limitada e com fraudes (Paiva et al, 2004).

Vale atentar, porém, que a democracia em seu espectro mais amplo de fato só começou a se consolidar após a redemocratização em 1985, com o fim da ditadura militar (1964–1985). A eleição indireta de Tancredo Neves marcou esse momento, seguida da Constituição de 1988, que garantiu direitos civis, políticos e eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos.

É importante observar que o relatório do Economist Democracy Index, publicado em maio de 2024, revelou que apenas 7,8% da população mundial vive em democracias plenas, enquanto 39,4% estão sob regimes autoritários. Essa diferença é significativa. A democracia é um sistema de governo onde as leis, políticas e liderança são decididas direta ou indiretamente pelo povo, originada do grego "demokratia" (governo do povo).

Por sua vez, a Declaração Universal da Democracia, assinada em 1997 por 128 países, incluindo o Brasil, define a democracia como um direito básico da cidadania, com igualdade, transparência, responsabilidade, respeito à pluralidade e foco na paz e desenvolvimento social, econômico e cultural. A democracia se baseia no primado do direito e no exercício dos direitos humanos, com eleições livres e direitos civis fundamentais.

Sob ótica inovadora, pois, o Movimento “Vem pra Rua” deixava claro em suas redes sociais e manifestações sua defesa pela democracia, o livre mercado, a propriedade privada e reformas econômicas como desestatização, privatização, desburocratização e redução do intervencionismo estatal.

1.2. Congresso Nacional e Partidos Políticos

Com o avanço da democracia no Brasil, o Congresso Nacional e os partidos políticos têm ainda mais responsabilidade de assegurar a representatividade do povo nas questões legislativas e em outras questões como fiscalizar o executivo, fortalecendo assim o exercício democrático.



1.2.1. Papel e atuação do Congresso Nacional

Para Moisés (2011), a atuação do Congresso Nacional envolve três funções principais:

1. Legislar – Cria, discute, altera e aprova leis que valem para todo o país. Isso inclui leis orçamentárias, tributárias, penais, trabalhistas, entre outras.
2. Fiscalizar o Executivo – Acompanha e avalia as ações do Presidente da República e dos ministérios, podendo abrir investigações, pedir explicações e até autorizar impeachment.
3. Representar a população – A Câmara dos Deputados representa o povo e o Senado representa os estados, divisão que visa garantir que diferentes vozes e regiões do Brasil participem das decisões nacionais.

Pesquisa divulgada¹ trouxe à tona um dado alarmante sobre a percepção dos brasileiros em relação ao Poder Legislativo. Segundo o levantamento, 82% dos cidadãos afirmam não confiar no Congresso Nacional, revelando uma crise de credibilidade das instituições legislativas. Essa significativa rejeição está intrinsecamente ligada à percepção generalizada de que os parlamentares priorizam pautas que beneficiam a si próprios, em detrimento dos interesses da população.

A percepção existente de que o Congresso está isolado ou não engajado efetivamente com os eleitores pode ser alimentada por experiências de falta de resposta ou de inclusão insuficientes dos grupos e movimentos que estão interagindo com os parlamentares. A sensação de desconexão pode ser exacerbada por práticas de comunicação ineficazes ou por decisões que parecem ignorar o feedback tão almejado pela sociedade civil.

1.2.2. Papel e atuação dos Partidos Políticos

Os partidos políticos no Congresso Nacional desempenham um papel essencial na comunicação com a sociedade. Podem melhorar a transparência e o engajamento público ao divulgar informações sobre atividades parlamentares, projetos de lei e votações por meio de suas plataformas e redes sociais. Além disso, poderiam realizar campanhas informativas sobre suas ações, posições políticas e a importância da existência dos partidos, ampliando o conhecimento da população.

¹ Para mais detalhes consultar <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/analise-o-que-explica-desconfianca-de-82-dos-brasileiros-no-legislativo/>.



Necessário alertar que [...] a Constituição da República Federativa do Brasil, que é a lei máxima do Estado brasileiro, adota o pluripartidarismo, permitindo o surgimento de várias agremiações políticas desde que atendidos certos requisitos previstos em lei.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os partidos representam diferentes ideologias e convicções políticas existentes na sociedade, reunindo, como seus filiados, cidadãos adeptos à sua corrente de pensamento.

Tamanha é a importância dos partidos no debate político e nas discussões sobre os rumos do país, que a Constituição de 1988 lhes dotou de autonomia administrativa e financeira, conferindo-lhes recursos do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão nos termos da lei, exigindo-se, em contrapartida, a obrigação de prestar contas das receitas arrecadadas e despesas realizadas ordinariamente durante o ano e durante as campanhas eleitorais.

Caberia, portanto, aos partidos interagir diretamente com os eleitores por meio das redes sociais, respondendo a perguntas e abordando preocupações, ajudando a construir uma relação mais próxima com a população. Programas de educação política poderiam ser implementados para esclarecer sobre o processo legislativo e a importância da participação política, criando materiais educativos como guias e infográficos. Ao adotar práticas de transparência, engajamento e educação política, os partidos podem melhorar a comunicação com a sociedade, fortalecer a democracia e aumentar a confiança pública nas instituições.

A maioria dos brasileiros não confia nos partidos políticos, independentemente de fatores como gênero, raça, escolaridade ou idade. Quanto pior a percepção sobre temas como economia e corrupção, maior é essa desconfiança. Isso ocorre porque confiar envolve o risco de ter expectativas frustradas, e muitos não acreditam que partidos ou políticos representem seus interesses².

Assim se o arranjo político não é capaz de concretizar todas as demandas que ele mesmo gera, a cada período eleitoral há um aumento da insatisfação. Você tem a percepção reforçada de que pode votar, mas que aquele candidato não irá entregar o que de fato está prometendo.” Esta situação torna-se um círculo vicioso, gerando o que o pesquisador chama de “cultura de desconfiança”, a qual torna bastante improvável que a percepção a respeito dos partidos se altere.

O cenário político no Brasil, pois, é altamente polarizado, dificultando o diálogo construtivo e a liberdade de expressão, resultando em uma comunicação superficial e conflituosa entre partidos e sociedade. A fragmentação política e a grande quantidade de

² Para mais detalhes, consultar: <https://jornal.usp.br/?p=98690>



partidos também tornam a comunicação mais difícil. Muitos cidadãos sentem que seus interesses não são adequadamente representados, criando desconexão entre eleitos e eleitores. A comunicação dos partidos precisa ser menos focada em marketing político e mais profunda, abordando as questões complexas que afetam a sociedade. Apesar de esforços para dialogar por redes sociais e eventos públicos, a polarização e a desconfiança ainda limitam a eficácia dessa interação, deixando espaço para melhorias na transparência e inclusão de diferentes perspectivas.

Em artigo publicado, Raphael Concli destaca conceitos importantes para compreensão da atuação de grupos de pressão social e política como³:

1. Mobilização Interna: Os filiados do partido podem se organizar para questionar a liderança centralizadora e exigir mais transparência e participação nas decisões. Isso pode incluir propor reformas estatutárias, exigir mais eleições internas democráticas e criar plataformas para debate.
2. Renovação Política: Outra possibilidade é promover a renovação das lideranças, incentivando candidaturas de novos membros que defendam maior democracia interna. Isso pode ser feito por meio de campanhas dentro do partido ou formando alianças com outros grupos que compartilhem esses objetivos.
3. Pressão Externa: A sociedade civil, organizações de direitos políticos e movimentos sociais podem exercer pressão para que o partido adote práticas mais democráticas. Isso pode incluir manifestações, campanhas de conscientização e diálogo com lideranças políticas.
4. Filiados Ativos: Quanto mais os membros do partido se engajarem nos processos e questionarem a falta de abertura, mais difícil será para a liderança centralizadora manter o controle absoluto. Participar de reuniões, convenções e tomar parte em votações é essencial para isso.
5. Reformas Eleitorais e Partidárias: A sociedade também pode pressionar por reformas mais amplas no sistema eleitoral e partidário. Isso pode incluir iniciativas para fortalecer a transparência dos partidos e garantir mecanismos de controle democrático por meio de legislação.

Mas tais ações exigem organização e um compromisso com a mudança, de modo que sejam eficazes no âmbito da promoção de uma maior democratização interna dentro dos partidos políticos e, com isso, um aumento da representatividade e melhoria da credibilidade dos partidos políticos (Vieira, 2024).

Daí que, em tempos contemporâneos, muitos parlamentares e comissões reconhecem a importância de ouvir grupos e movimentos da sociedade civil e consideram que o diálogo é essencial para garantir uma melhor representatividade. Eles veem que interação com a

³ Para mais detalhes, consultar: <https://jornal.usp.br/?p=98690>.



sociedade civil pode ajudar muito a moldar políticas mais focadas na realidade local dos indivíduos e grupos sendo mais inclusivas e efetivas.

Infere-se, logo, que Partidos políticos e movimentos têm em comum o fato de se constituírem em canais de participação política, de recrutamento político, de mediação entre a sociedade e o governo e de integração social (Toledo, 1985). Já outros autores como Salisbury (1984) argumentam que os grupos são mais eficazes em satisfazer algumas das necessidades dos legisladores do que os partidos políticos.



2 MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1. O que são movimentos sociais?

Recorrendo à teoria do desequilíbrio de Truman (1971), inicialmente é importante ressaltar a dinâmica coletiva dos grupos surgem a partir de disrupções ou mudanças sociais, tanto para defender o velho status quo quanto para se ajustar ao novo. No caso do surgimento do “Vem pra Rua”, houve um interesse coletivo em 2014, a princípio, de impedir a reeleição de Dilma.

Touraine (2011) trouxe novas interpretações para os movimentos sociais na década de 1970, indicando que suas ações têm como objetivo assumir o controle do sistema que pensa e constrói o desenvolvimento da sociedade, e isso acontece por meio de uma disputa entre grupos sociais que possuem interesses opostos.

O sociólogo espanhol, Castells (2005), segue a linha de pensamento de Marx em que ambos enxergam os movimentos sociais como respostas a conflitos estruturais — sejam eles econômicos (como em Marx) ou relacionados à identidade, cultura e comunicação (como em Castells). Para os dois, esses movimentos são formas de resistência a formas dominantes de poder e veem os movimentos como condicionados por contextos sociais e históricos específicos. O consenso entre Castells e Marx está no entendimento de que os movimentos sociais são respostas a desigualdades estruturais e que desempenham papel fundamental na transformação social. No entanto, diferem bastante quanto às formas, sujeitos e meios pelos quais esses movimentos operam.

Para Castells, os movimentos sociais são os responsáveis por mudar a sociedade. Diz que estes são os verdadeiros agentes de mudança. Para ele, os movimentos surgem de um sentimento de injustiça, luta contra a desigualdade e contra a opressão.

Assim que, coadunando-se com premissas alinhadas ao pensamento elencado, a partir do segundo semestre de 2014, o Movimento “Vem pra Rua” defendeu uma pauta que abarcava grande parte da sociedade brasileira: o combate à corrupção e à impunidade. Chama a atenção a quantidade exorbitante de indivíduos interessados a unir-se na luta defendida pelo movimento.

Chequer, em entrevista no Programa Roda Viva, em 23/03/2015, definiu movimento social como:

É um processo de cidadania, de civismo que vai se desenvolvendo aos poucos. Eu acho que existem várias fases desse processo. Na primeira fase, as pessoas se mobilizam e começam a perceber que elas são capazes de fazer alguma coisa, que elas têm poder principalmente quando unidas. Na segunda fase, as pessoas começam a se juntar em torno de temas comuns, de temas macro. Posteriormente, os movimentos



começam a ir atrás de objetivos pontuais, de demandas mais específicas. Não se pode querer que um país que não tem um histórico de envolvimento popular constante, de uma vigilância constante do povo sobre o governo que a gente vai de uma hora para outra sair de uma desorganização total para uma organização com separação, com definição de objetivos, definição em cada saída de manifestação.

Vale ressaltar que as manifestações buscaram garantir a liberdade de expressão e livre manifestação como elementos essenciais para garantir uma democracia saudável. Tamanha a importância do tema que a ONU definiu o dia 15 de setembro como o Dia Internacional da Democracia como forma de reforçar esse tipo de organização social e ressaltá-lo como direito básico de todo ser humano.

Enfim, a iniciativa buscou promover a governança democrática como um conjunto de valores e princípios fundamentais para garantir a igualdade, a segurança e o desenvolvimento de todos os seres humanos. A proclamação enfatiza a importância da democracia como um processo contínuo que requer o apoio e a participação ativa da comunidade internacional, dos governos, da sociedade civil e dos indivíduos. O objetivo é tornar o ideal democrático uma realidade para todos, em todos os lugares.

2.2. Antecedentes

O ano de 2013 marcou um despertar da sociedade brasileira para seu direito de manifestar influenciado por protestos de outros países ao redor do mundo desde 2010. Surgiram assim diversos movimentos sociais no Brasil, impulsionados por uma sociedade mais mobilizada, que passou a reivindicar direitos, serviços públicos melhores e participação política.

Interessante realçar que as manifestações de 2013, no Brasil, foram uma série de protestos que começaram em junho, influenciadas pelo modelo de manifestações de outros países que usaram as redes sociais para conectarem pessoas, inicialmente motivados pelo aumento das tarifas de transporte público em várias cidades. Atente-se que foi uma grande novidade após os anos 90, quando houve as manifestações dos “caras pintadas”, que saíram às ruas exigindo o impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

Jailton Almeida, líder do “Vem pra Rua”, em Brasília, comenta em entrevista cedida para uso na pesquisa, que:

Em 2013, houve vários cartazes escritos: Saímos do Face! Estamos na rua! O Facebook era um espaço usado pela sociedade em geral massivamente que expressava sua opinião, fazia discussões e debates. Era diferente do Twitter, em que havia várias bolhas políticas, porque era um espaço mais amplo de discussão e de certa forma mais



democrático. O Facebook era uma grande plataforma de mobilização e divulgação de posicionamentos políticos.

Sendo que as manifestações se expandiram para incluir uma ampla gama de questões sociais e políticas, como a corrupção, a falta de infraestrutura, a educação, a saúde e a insatisfação com a situação econômica do país.

Segundo afirma Vainer (2013, p.35):

Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho. Pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizam, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis.

As manifestações se expandiram, atraíram milhares de pessoas às ruas, tornando-se um fenômeno nacional. Grupos diversos, de diferentes origens e ideologias, se uniram aos protestos, o que evidenciou um descontentamento generalizado com o governo e a classe política.

Ainda sobre as manifestações de 2013, Secco (2013, p.17) aponta:

As mobilizações sempre foram muito mais amplas que o Movimento Passe Livre – que jamais se pretendeu dono de qualquer uma delas – e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento. As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL. Contudo, a tomada direta e descentralização das ruas, a radicalização das ações e centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas. Após as Jornadas de Junho, milhares continuam nas ruas em diversas cidades, defendendo agora a implementação da tarifa zero.

Vale lembrar que sem liderança formal, os protestos foram mais espontâneos e variados, indo de ações pacíficas a confrontos com a polícia, o que aumentou sua complexidade e intensidade. A repressão policial intensificou os protestos e gerou debate sobre direitos civis e o papel do Estado. As manifestações de 2013 impactaram a política, influenciaram eleições e ajudaram a criar o cenário que levou ao impeachment de Dilma em 2016.

Iasi (2013, p. 45), a respeito da surpresa das autoridades diante das manifestações de 2013, tece o seguinte comentário:

É compreensível a surpresa das autoridades diante do efeito que sua atitude provocou. Em condições normais, o desfecho previsível seria alguns dias de manifestação, repressão, esvaziamento, volta à normalidade. A confiança na passividade imposta aos movimentos sociais era tão grande que a presidente Dilma negociou para que o aumento das passagens não fosse lançado em janeiro, mas em junho, para tentar disfarçar a inflação que saía do controle. Olhando agora parece estranho trazer para a Copa das Confederações o aumento e sua consequente reação, mas os poderosos fielmente acreditavam que a população estaria ocupada torcendo pela seleção



brasileira e não repararia naquele pequeno grupo de jovens protestando contra mais um aumento... a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país.

Realce importante é que uma dessas surpresas foi o movimento Black Bloc, que é uma tática de protesto que emergiu na década de 1980 e ganhou destaque em diversas manifestações globais, incluindo o Brasil. O termo "Black Bloc" descreve grupos de manifestantes que se vestem predominantemente de preto, frequentemente com máscaras e roupas que dificultam a identificação, com o objetivo de expressar sua insatisfação e proteger sua identidade durante os protestos⁴.

Veja que no Brasil, os Black Blocs ganharam notoriedade nas manifestações de 2013, quando alguns membros usaram táticas agressivas, como destruir propriedades e enfrentar a polícia. Essas ações dividiram opiniões: parte da sociedade os via como legítimos na luta por direitos, enquanto outros os criticavam por desviar protestos pacíficos e incentivar a violência. A presença dos Black Blocs, nas manifestações, portanto, suscitou debates sobre a eficácia de táticas de confronto, a liberdade de expressão e a repressão policial, refletindo a complexidade do cenário político e social brasileiro à época.

Sakamoto (2013, p. 96-97) ressalta que:

Os atos que se iniciaram contra o aumento nas tarifas dos ônibus acabaram por levar centenas de milhares às ruas em São Paulo no dia 17 de junho de 2013, em solidariedade à ideia e repúdio à violência com a qual manifestantes e jornalistas haviam sido espancados e presos pela Polícia Militar dias antes, na quinta-feira, 13 de junho. Uma massa heterogênea, descontente, sob um guarda-chuva de uma pauta bastante concreta e objetiva. Que dias depois, em 19 de junho, foi atendida após a revogação do aumento na tarifa dos transportes públicos informados pelo governador Geraldo Alckmin e pelo prefeito Fernando Haddad.

Interessante notar que as manifestações foram não só importantes, como também uma verdadeira ebulição da indignação das pessoas contra o governo Dilma tendo em vista a situação econômica fragilizada, aumento de impostos e tarifas de transporte e do outro lado, um governo que bancava eventos internacionais com gastos gigantes e seguidos no período da Copa, Olimpíadas e outros.

Sakamoto (2013, p. 71) segue discorrendo sobre o comportamento das mobilizações de 2013:

[...] pareciam um enigma. Nem a alta do dólar ou o aumento da inflação podiam ser o motivo decisivo das revoltas. Ao contrário, a perplexidade adveio da manifestação puramente política, ainda que detonada pelos aumentos de tarifas de transporte público. Elas baixaram em mais de cem cidades e, ainda assim, as manifestações prosseguiram.

⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/418846-movimento-black-bloc-surgiu-nos-anos-1980-na-alemanha/>



O Movimento Passe Livre teve um papel importante no início, ganhando destaque nacional, mas sem uma liderança claramente direcionada a um grupo ou movimento específico. Eventualmente, o Passe Livre desapareceu, e o protesto evoluiu para uma expressão mais ampla de indignação social sobre múltiplos problemas que afetavam a população brasileira.

Perez (2019) pesquisou movimentos sociais surgidos na esteira de junho de 2013 e aponta o caráter antissistema e o desejo por inclusão como sendo duas marcas daquelas manifestações. A autor analisa como os coletivos políticos — organizações horizontais e autônomas — se relacionaram com as manifestações de junho de 2013. A pesquisa envolveu entrevistas com membros de 21 coletivos em Teresina (PI) e a análise de 725 páginas de coletivos no Facebook. Perez (2019) destaca que muitos desses coletivos surgiram após as Jornadas de Junho, adotando práticas críticas às estruturas tradicionais dos partidos políticos e defendendo formas de organização mais horizontais e inclusivas.

Em outro trabalho, Perez (2024) amplia a discussão sobre os coletivos, identificando quatro tipos principais: coletivos de artes, universitários, associações de ajuda mútua e grupos empresariais. A autora argumenta que esses coletivos representam um legado das manifestações de 2013, expandindo-se para além do campo tradicional dos movimentos sociais.

Por sua vez, Almeida et al (2018), notaram um forte sentimento contra a política tradicional na origem dos atos de junho ressaltando que as manifestações pela redução da tarifa em São Paulo foram antecedidas por atos semelhantes, naquele ano, em Natal, Porto Alegre e Goiânia, num movimento em que, na sua leitura, as "franjas" do país influenciaram o centro. Os autores ainda analisam a atuação dos movimentos sociais urbanos em Natal, especialmente em espaços institucionais de participação social. Menezes examina como esses movimentos interagem com estruturas formais de participação, como conselhos e conferências, destacando os desafios e as potencialidades dessa relação.

Importante notar que os movimentos pelo passe livre, inclusive, vinham ganhando força há quase uma década pelo país, desde a Revolta do Buzu, em Salvador (2003), e na Revolta da Catraca, em Florianópolis (2004), como nota também Andrés (2023).

Verifica-se que o momento de 2013 foi importante por ter apresentado uma mistura de grupos de mobilização de esquerda com pessoas que tinham um posicionamento de direita, de centro-esquerda e que começaram a se manifestar também aproveitando a esteira daquilo que estava acontecendo para demonstrar que o governo estava num momento de decepção e frustração geral, não só do eleitor de Dilma mas de muitos brasileiros de todas as classes sociais.

Assim a mobilização desse ano não representava um simples "todos contra tudo o que está aí", mas sim um conjunto diverso de pautas com predominâncias específicas em cada



grupo. Setores autonomistas e socialistas posicionavam-se à esquerda do governo do PT, defendendo uma agenda reformista voltada para a ampliação de direitos e o fortalecimento e qualificação das políticas públicas. Já o segmento identificado como patriota englobava desde liberais — defensores de um Estado reduzido, eficiente e moderno (“padrão Fifa”) — até conservadores que demonstravam apoio à ditadura militar. Este grupo concentrava suas críticas nas instituições políticas, nos partidos e, especialmente, na associação do PT à corrupção, simbolizada pelos escândalos como o Mensalão. Alonso (2017)

Tal explosão das ruas se deu também porque, segundo o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, “[...] as classes C e D têm uma representação majoritária na sociedade em diversos sindicatos, entidades etc., mas são minoritárias na representação parlamentar de seus interesses. Ou seja, [...] têm menos capacidade de articulação no âmbito das instituições [políticas] do que as classes A e B”⁵.

Pode-se dizer que todo o processo, contribuiu para o agravamento da crise política, culminando em um ciclo de degradação irreversível para o governo, o que foi um fator determinante para as manifestações a partir de 2014, até o afastamento de Dilma Rousseff da presidência em 2016.

Eis que, na medida em que as manifestações se intensificaram e se expandiram, a pressão social se tornou mais contundente. O clamor era unânime: “Amanhã será maior!”. Apesar de uma aparente pausa nas manifestações após a reeleição de Dilma em outubro de 2014, o descontentamento persiste, intensificando-se após a reeleição, especialmente em face da continuidade de uma gestão vista como ineficaz na resolução dos problemas econômicos e sociais.

Eis que a revolta maior veio com a reeleição de Dilma, uma vez que o governo descumpriu promessas, especialmente em 2015. A insatisfação política e econômica levou a nova mobilização popular. O governo Dilma ignorou promessas de campanha, gerando pressão social e o primeiro pedido de impeachment por estelionato eleitoral, feito por Yves Gandra. O cenário unia a insatisfação de 2013, a derrota de Aécio em 2014, a reeleição de Dilma e uma economia frágil. Para aparentar estabilidade fiscal, o governo maquiou as contas públicas.

Infere-se, pois, que as manifestações de 2013 deixaram um legado relevante, impactando o debate público sobre questões como transporte e outras demandas sociais, além de antecipar a polarização política que se intensificaria nos anos subsequentes, após a reeleição

⁵ Wanderley Guilherme dos Santos, em entrevista cedida a Christian Lynch, Insight Inteligência, fev.-mar. 2013, disponível em: www.insightinteligencia.com.br/60/PDFs/pdf1.pdf.



de Dilma. O Congresso Nacional respondeu às manifestações de 2013 de diversas maneiras, refletindo tanto a pressão popular quanto a transformação do clima político no país.

Na mesma perspectiva, Gondim (2016, p. 1) ressalta alguns pontos importantes desses protestos:

Dentre as características peculiares das mobilizações sociais que ocorreram em centenas de cidades brasileiras em junho de 2013 está seu caráter propositivo. O Movimento Passe Livre (MPL), que convocou os primeiros protestos, não é apenas uma reação a uma política de aumento de tarifas dos transportes públicos, ocorrida simultaneamente em várias localidades. Não dá para entender a relevância das mobilizações de junho – que se iniciaram com uma passeata de cerca de 4 mil pessoas em São Paulo no dia 6 e, duas semanas depois, já somavam 1,4 milhão de pessoas em pelo menos 120 cidades – sem levar em consideração que não começaram como protestos “contra” algo, mas como uma expressão coletiva “a favor” de algo.

E, ainda, teoria sociológica ideal na caracterização dessa situação, defendem, seria a teoria do processo político também conhecida como “teoria da oportunidade política” que oferece uma explicação das condições, mentalidade e ações que fazem um movimento social bem-sucedido em alcançar seus objetivos.

Eis, pois, que após as mobilizações, parlamentares discutiram melhorias no transporte, como revisão de tarifas e passe livre. As manifestações influenciaram o legislativo, aproximando-o das demandas da sociedade.

Outro impacto mais silencioso de junho de 2013, foi o avanço gradual do transporte gratuito. Política rara no país dez anos atrás, e muitas vezes criticada como utópica, a tarifa zero era realidade em 52 cidades em 2022, impactando 2,5 milhões de pessoas, segundo levantamento de Andrés (2013)

Em relação às manifestações, outro viés importante foi como elas impactaram o Congresso e o Planalto, acelerando propostas como o Plano Nacional de Educação e medidas anticorrupção. A resposta do governo Dilma foi mais autoritária, com foco na repressão. A popularidade caiu, e o Congresso reagiu com ações como a Emenda 86/2015, destinando verbas à saúde e educação.

Embora as manifestações tenham perdido força ao longo de 2013, elas influenciaram a aprovação de medidas, como a Lei Anticorrupção e o fortalecimento da Operação Lava Jato. As reivindicações também geraram mudanças, como a revogação de aumentos de tarifas de transporte e melhorias nos sistemas de transporte público.

As manifestações, por sua vez, mostraram a importância de uma maior coordenação para garantir melhores resultados, com interlocução, porta-vozes e amplificação da pressão nas instituições políticas e com elas foi levantado um tema para discussão: terrorismo. As redes



sociais tiveram papel fundamental na mobilização, permitindo uma maior interação entre os manifestantes. O uso de plataformas como WhatsApp e Facebook facilitou a disseminação de pautas políticas.

No contexto, surge o debate sobre terrorismo logo após as manifestações de 2013, visando separar protestos legítimos de atos criminosos. Definir terrorismo e aplicar leis adequadas é crucial para proteger a liberdade de expressão e evitar abusos. Entre 2013 e 2014, os protestos refletiram a insatisfação com o governo, impulsionados pelos gastos com a Copa, a crise nos serviços públicos e a insegurança. O “Vem pra Rua” sempre defendeu protestos pacíficos como forma legítima de pressionar o Congresso.

Carlos Vainer (2013, p. 37) lembra que:

O Brasil, à época estava marcado por “megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, a repressão brutal e a rapidez com a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles.” A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais.

Por outro lado, grupos insatisfeitos usaram ações violentas, como destruir ônibus e bancos, para pressionar o governo. Sem liderança clara, essas atitudes preocupavam autoridades, que passaram a discutir a tipificação do terrorismo no país.

É essencial, todavia, separar ação política legítima de terrorismo, distinguindo crimes políticos de atos terroristas. O governo não deve usar segurança nacional para limitar direitos dos cidadãos. A tipificação do terrorismo deve evitar confundir protestos legítimos com atos violentos. Explosões e incêndios diferem de manifestações pacíficas como as de 2014 a 2016, que defendiam a liberdade de expressão.

Destacar, pois, as ponderações da Exposição de Motivos do Anteprojeto do Novo Código Penal (PLS nº 236/2012), que tipifica o terrorismo nos arts. 239 e seguintes: O Brasil não pode continuar ingênuo, ignorando atos de intolerância política e violência. A crescente inserção internacional exige uma definição de terrorismo que proteja as liberdades constitucionais.⁶

⁶Tipificação do crime de terrorismo no Brasil. Ricardo Duarte Ferreira Figueira. pag 07.



3 MOVIMENTO “VEM PRA RUA”

3.1. Surgimento, Objetivos e Alcance Social

O Movimento “Vem pra Rua” surgiu de forma espontânea, como desdobramento do ciclo de protestos iniciados em 2013 no Brasil e em resposta ao contexto político, econômico e social pós-eleições de 2014, conforme detalhado na obra *“Vem pra Rua”: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*, escrita pelos fundadores do movimento, Rogerio Chequer e Colin Butterfield.

Conforme pontuou Colin Butterfield, em entrevista para esta pesquisa, sobre a importância da comunicação:

A mensagem tem que ser simples e o Congresso tem que nos ouvir então eu acho que os movimentos sociais foram de suma importância como veículo para expressar a opinião pública de coisas que não se aguentava mais e o que aglutinou tanta gente em volta do “Vem pra Rua” foi a simplicidade da mensagem. O “Vem pra Rua” não complicou, a gente não retificou, era totalmente apartidário, a gente só estava prezando pela qualidade de ter um legislativo melhor, decisões tomadas com mais embasamento técnico e o fim da impunidade no Brasil. Era esse o grande pano de fundo do nosso movimento.

Vale realçar que o objetivo central do movimento era converter a indignação em ação. Chequer e Butterfield acreditavam que, enquanto a população permanecesse passiva, limitando-se a críticas sem ação, a mudança real não ocorreria. Defendiam a premissa de que, para promover mudanças substanciais, era imperativo agir de maneira proativa.

Na mesma linha de pensamento, portanto convergentes, Rogerio e Colin foram apresentados aos fundadores, por um amigo em comum e, após diversas discussões, idealizaram a mobilização pública, convocando seus contatos e incentivando-os a convidar amigos e familiares para se manifestarem contra a possibilidade de uma reeleição de Dilma Rousseff, por ser um governo marcado por indicadores econômicos negativos e corrupção.

Importante saber que antes de seu encontro com Chequer, Colin tentou criar um movimento chamado BASTA⁷. No entanto, o movimento não obteve adesão significativa e acabou não prosperando.

As análises de Rogerio Chequer e Colin Butterfield acerca das transformações necessárias para o Brasil estavam fundamentadas na premissa de que o combate à corrupção, à impunidade e ao crime organizado – historicamente elevados no país – era essencial para seu

⁷Vídeo de lançamento do movimento BASTA, idealizado por Colin Butterfield:
<https://www.facebook.com/share/v/1657nKKbkU/?mibextid=wwXIfr>.



avanço institucional e econômico. Ambos compartilhavam a visão de que a redução do inchaço estatal e o aumento da eficiência administrativa eram medidas fundamentais para a modernização do Estado.

Nesse contexto, eles defendiam a implementação de reformas estruturais por meio do Congresso Nacional e a adoção de políticas estratégicas pelo Governo Federal, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade para toda a população.

Outro ponto central em suas perspectivas era a necessidade de renovação política contínua, como mecanismo para garantir a oxigenação das instituições e evitar a perpetuação de práticas prejudiciais à governança. Além disso, consideravam essencial o fortalecimento da liberdade de expressão e do direito à manifestação, assegurando que a sociedade civil, grupos representativos e movimentos organizados pudessem atuar de maneira legítima e pacífica dentro do ambiente democrático.

Assim, Colin Butterfield, preconiza em resposta à entrevista durante a pesquisa que:

O motivo porque criamos o “Vem pra Rua” era exatamente essa necessidade de criar o palco para que o Congresso nos ouvisse, para sermos ouvidos. O que assolava o Brasil naquela época e era 100% do nosso foco era um só: acabar com a corrupção porque acho que a falta de punibilidade é um dos maiores problemas do Brasil.

Pode-se avaliar, todavia, que o impacto das manifestações de 2013 foi limitado, uma vez que careciam de autoria, estrutura organizacional e de um canal de comunicação com os poderes. A ausência de lideranças definidas e de uma interlocução clara foram fatores que comprometeram a eficácia, no entanto, os fundadores do movimento avaliam que elas desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento das manifestações subsequentes em 2014.

Assim o conceito de ciclo de protestos é definido por Tatagiba (2014, p. 37), como:

[...] uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados.

Portanto a criação do “Vem pra Rua” aconteceu após o ciclo desses protestos de 2013 e foi o resultado da convergência de indivíduos com intenções semelhantes, núcleos politicamente organizados e uma bandeira comum. Como movimento de ampliação da voz popular nas ruas, o “Vem pra Rua” buscava transferir essa pressão para as instituições políticas formais. Com o crescente número de adesões, tornou-se necessário organizar o movimento em



grupos locais, estaduais e em uma coordenação nacional, onde as principais diretrizes e alinhamentos eram repassados aos líderes de cada estado e cidades. Os participantes do “Vem pra Rua” mantinham um foco no coletivo, em contraste com outros movimentos, como o Movimento Brasil Livre, que priorizava a construção de figuras de liderança individual, como foi o caso do ativista e posteriormente eleito por São Paulo: deputado federal Kim Kataguiri.

Nesse ângulo, De Souza Sturari (2020, p. 2) ressalta que:

Para entender as manifestações de 2015 e 2016 no Brasil devemos retomar o histórico desse repertório nos anos que as antecedem, contextualizando seu uso no Brasil e no mundo. As manifestações ocorridas no ano de 2013 no Brasil, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, se tornaram um ponto essencial para pensar sobre participação democrática, tendo como uma das explicações sobre o porquê do ciclo de protestos iniciado naquela época ter sido continuado, a insatisfação pública em relação aos políticos e instituições políticas.

Pode-se dizer que, durante essas manifestações, cresceu a percepção de que os partidos políticos já não representavam efetivamente o povo, pois não conseguiam mobilizar grandes multidões nas ruas para apoiar suas pautas ou reivindicações. Políticos que se aproximaram do “Vem pra Rua” ficaram surpresos com a mobilização popular e tentaram se inserir nesse movimento histórico. No entanto, o povo nas ruas recusou que as manifestações, originalmente organizadas pela sociedade civil, se transformassem em comícios partidários, rejeitando a presença de políticos nos palanques e carros de som.⁸

Enfim, segundo avaliou Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”, em entrevista cedida a pesquisa:

A vontade popular era que a manifestação fosse puramente do povo para o Congresso Nacional e demais instituições da República. Foram momentos singulares em que o povo buscou demonstrar sua força e quis que sua voz fosse ouvida pelos que foram eleitos por ele, sem intervenção ou participação de partidos ou políticos.

3.2. Manifestação que deu início oficial ao Movimento “Vem pra Rua”

A manifestação de 16 de outubro de 2014 começou com 30 manifestantes e 100 policiais. Organizada via Facebook e WhatsApp, a manifestação visava transformar a indignação contra a corrupção em atos cívicos e democráticos. Com 90 mil convidados e 6 mil confirmações, a Secretaria de Segurança foi informada sobre o evento.

Atente-se à declaração de Colin Butterfield, sobre o Movimento “Vem pra Rua”:

⁸ BBC News Brasil – Dez cenas que marcaram os protestos deste domingo. 13 de março de 2016. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_protestos_marco_10cenas_pai



Acho que os movimentos sociais foram fundamentais no Brasil, mas o grande poder é o poder aglutinador de uma mensagem clara e da necessidade de criar escala para que a mensagem propague para que, quando tem uma chamada para a rua, de fato muitas pessoas venham às ruas, que tenha a massa de pessoas nas ruas porque no final a única forma de o povo ser levado à sério e ser ouvido é massa na rua com uma mensagem clara.

Saliente-se que, sem uso de microfone, usou-se o recurso de jogral, permitindo comunicação sobre os temas com 300 participantes. Embora tenha sido considerada um fracasso técnico, Chequer e Colin destacaram aprendizados valiosos e momentos marcantes, especialmente pela transição de uma postura passiva para uma mais ativa, com pessoas reivindicando seus direitos e exercendo sua cidadania.

Já Maria Izabel Sanches Costa e Aurea Maria Zollner Ianni (2018) compreendem cidadania como identidade social e política constituída por alguns elementos: a) pelos vínculos de pertencimento; b) pela participação política/coletiva; e c) pela consciência de ser portador de direitos e deveres defendendo que o único elemento essencial para sua constituição é o de pertencimento a uma comunidade.

Tendo em vista a continuidade do Movimento “Vem pra Rua”, ficou evidente que um dos principais objetivos era promover a cidadania, incentivando os brasileiros a acreditarem que, apesar da longa crise no país, era possível provocar mudanças por meio da união em torno de pautas essenciais para o desenvolvimento nacional.

Na mesma perspectiva, Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”, em resposta concedida em entrevista para esta pesquisa, afirma:

Os participantes das manifestações sentiam uma sensação de dever cumprido, por se engajarem em causas significativas, em vez de apenas criticar a situação política e social. Essa participação permitiu que se vissem como agentes de mudança na história do Brasil.

Vale citar que além de São Paulo, ocorreram manifestações menores em Teresina (PI), Recife (PE) e Brasília (DF), todas organizadas por cidadãos comuns conectados por meio das redes sociais. A partir de 16 de outubro, o movimento atraiu cada vez mais pessoas interessadas em contribuir ativamente e se envolver nas futuras manifestações.

Para Truman (1971), uma das características definidoras dos grupos é o objetivo comum de ter acesso ao processo decisório e de fato era um desejo do “Vem pra Rua” poder participar ativamente nas decisões dentro do Congresso principalmente em relação à aprovação de leis de interesse nacional.

Elenca-se, pois, algumas características marcantes das manifestações do “Vem pra Rua” que ficaram evidentes desde outubro de 2014 era a organização, interesse em garantir a



segurança de todos os manifestantes, a preocupação de que não houvesse quebraadeira ou qualquer tipo de depredação do patrimônio público ou privado, com manifestações pacíficas. O movimento acreditava que o caminho para a construção de um país civilizado, evoluído, com economia forte e democracia verdadeira e firme era o fortalecimento de suas instituições.

Nesse contexto o Movimento “Vem pra Rua” sustentava que, com instituições sólidas atuando de maneira independente, transparente, autônoma e em conformidade com os princípios democráticos e seus respectivos marcos legais e competências constitucionais, torna-se inviável a consolidação de regimes autoritários. Essa perspectiva contrasta com o cenário de países que, na contemporaneidade, enfrentam governos de caráter autoritário e não democrático, tanto na América Latina quanto em outras regiões do mundo.

Ressalte-se, por importante, o hábito do movimento que acabou se instalando nos protestos foi iniciar e terminar suas manifestações cantando o hino nacional porque considerava ser o símbolo mais forte de união dos brasileiros, que em tempos anteriores às manifestações de 2014 só era cantado nos jogos de futebol da seleção brasileira especificamente na Copa. Essa prática continuou a ser realizada posteriormente pelos demais movimentos.

Segundo observado por Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”, em entrevista para esta pesquisa:

Executar o hino nacional nas manifestações era uma forma de conectar as pessoas ao entendimento de sermos todos brasileiros.⁹ O uso das cores da bandeira nas camisetas, faixas, roupas, bonés trouxe alegria às manifestações. Alegria de se sentir um lutador por causas nobres e por um país mais justo, menos corrupto e com boas oportunidades para todos independentemente da classe social, raça, credo ou orientação sexual. Havia um grande respeito pelas autoridades policiais que trabalhavam no dia das manifestações para garantir a ordem e a segurança de quem quisesse sair às ruas para se manifestar quando nos momentos finais os organizadores pediam uma salva de palmas aos policiais e agradeciam pelo apoio e proteção da polícia militar.

Interessante citar que em uma das manifestações em Brasília, os ativistas do Movimento “Vem pra Rua” local fizeram um ato de paz entre os manifestantes para simbolizar o respeito deles com o trabalho dos policiais entregando botões de rosa para que as pessoas pudessem presentear os policiais no final da manifestação ao som do hino nacional.¹⁰ Nesse sentido, chama a atenção o comentário de Juliana Dias, líder do Movimento “Vem pra Rua”, prestado no âmbito da pesquisa:

⁹ Hino Nacional na Manifestação de 16/08/2015 : <https://youtu.be/Ph7I2Jc1tRE?si=r4VhOu7u9cB4Vp1h>

¹⁰ Manifestantes jogam 3 mil rosas brancas em espelho d'água em frente ao Congresso - Política - Estado de Minas . https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/03/15/interna_politica,627717/manifestantes-jogam-3mil-rosas-brancas-em-espelho-d-agua-em-frente-ao-congresso.shtml



Era uma forma não só de reconhecimento pelo trabalho deles, que garantia a integridade física dos manifestantes, mas também, uma sinalização de que aquelas pessoas estavam ali para se manifestar sem brigas, sem vandalismo, sem violência. Grande parte das pessoas tinha medo de ir às manifestações de rua porque havia um conceito de que manifestação acabava em confusão. O “Vem pra Rua” mostrou que isso não era real, que podia haver manifestação pacífica e ordeira, que o tom da manifestação é dado por quem está organizando, pelo movimento ou grupo que assume a autoria da organização e condução de uma manifestação.

Por sua vez Mari Botter, assessora de imprensa do “Vem pra Rua”, na sua declaração para esta pesquisa, indicou que:

Essa barreira inicial de medo de se manifestar na rua foi sendo rompida com o passar dos meses quando as pessoas perceberam que as manifestações eram muito bem organizadas e dispunham de policiais fazendo a segurança delas. Na medida que o movimento passou a comunicar-se mais e de forma cada vez mais eficiente com seus seguidores e com a imprensa, as pessoas passaram a entender qual a identidade e características dessas manifestações.

De fato, entre os manifestantes iniciais do “Vem pra Rua” havia empresários e a imprensa, de certa forma, enfatizava e criticava a presença deles. No entanto, é interessante questionar o porquê dessa ênfase. É justo e democrático haver qualquer tipo de postura preconceituosa quanto a origem do manifestante? Brasileiros não seriam todos os que nascem no Brasil independentemente de suas origens e perfil? Empresários também podem lutar por um país melhor? As atitudes e decisões de dois empresários, Chequer e Colin, de se envolverem com política por meio de manifestações de rua e de criarem o Movimento “Vem pra Rua” foi um fato inédito e que aconteceu pela primeira vez na história do Brasil.

No sentido de uma abordagem com base em Olson (1999) tornou-se prevacente, uma definição mais sociológica passou a ser utilizada: qualquer organização formal, composta de membros voluntários, é considerada como um grupo, quer estes membros tenham ou não a pretensão de agir em defesa de interesses compartilhados. Os grupos em geral são parte de qualquer sociedade democrática e são veículos essenciais à constituição de uma esfera pública autônoma, visões do artigo sobre grupos de pressão.

Após 16 de outubro, o “Vem pra Rua” organizou a manifestação de 22 de outubro contando com novos colaboradores que dividiam entre eles as tarefas para organização de uma manifestação: segurança, divulgação, operacional, responsável pela página do Facebook, o que imprimiria e distribuiria folhetos de divulgação do evento, entre outras funções. Outra estratégia que foi adotada pelo grupo para promover a manifestação consistiu na criação de vídeos de aproximadamente 30 segundos, que se tornaram virais na internet. Essa abordagem foi repetida em manifestações subsequentes. Celebidades como Fafá de Belém, Sandra de Sá, Deputada Mara Gabrilli, o técnico de vôlei Bernardinho, o senador José Serra, Fernando



Henrique Cardoso entre outros, cederam suas imagens para fortalecer a divulgação do evento de 22 de outubro de 2014. Com essas ações, o Largo da Batata em São Paulo ficou lotado, reunindo cerca de 25 mil pessoas.¹¹

Nesse mesmo dia, foram registradas manifestações nas ruas de diversas cidades brasileiras, caracterizadas pela participação de famílias, crianças e idosos, os quais exerceram seu direito à cidadania, manifestando-se de forma pacífica e utilizando seu direito de expressão e manifestação. Esse padrão de mobilização foi replicado nos anos subsequentes.

Como a manifestação do dia 22 de outubro aconteceu com excelente resultado, Colin e Chequer decidiram chamar para outra manifestação no dia 25 de outubro. Decidiram junto com o coordenador de campanha de Aécio nas redes sociais, que iriam aproveitar a estrutura que havia no PSDB para enviar um powerpoint com cinco passos super simples a fim de orientar voluntários a organizar manifestações em suas regiões e cidades.

Era, portanto, uma estratégia muito usada pelo “Vem pra Rua” essa criação de textos curtos, bem claros e simples com orientação para líderes de todas as cidades e outros que quisessem participar de manifestações para que pudesse haver um alinhamento de pauta e de procedimentos de organização. Exemplo de texto repassado pelo “Vem pra Rua”:

- Junte uma turma de amigos próximos para trabalhar com você.
- Identifique os influenciadores de sua cidade como artistas e personalidades.
- Você e seu grupo de trabalho vão gravar um vídeo com os influenciadores da cidade chamando para a manifestação e compartilhar em suas redes sociais.
- Use os vídeos que o VPR divulgar no Facebook para ajudar na divulgação.
- Monte uma mensagem para o VPR informando que sua cidade vai ter uma manifestação com horário e local.
- Faça um ofício e coordene com a polícia militar de sua cidade.
- Designe responsáveis para as principais funções: segurança, mobilização, som, captação de recursos para cobrir os gastos e outras frentes de trabalho.
- Designe os porta-vozes e estude o manifesto assim como o release que será enviado antes da saída para os grupos e imprensa.

Às vésperas da manifestação do dia 25 de outubro de 2014, o “Vem pra Rua” era mais ou menos uma dúzia de pessoas na liderança da organização de manifestações pelo Brasil afora,

¹¹ Manifestação Largo da Batata São Paulo 22/10/2014. https://www.youtube.com/shorts/XRDHf_uGMY



com computadores, 450 mil convidados no evento do Facebook e com a confirmação da participação de 237 cidades.

Nessa manifestação, os líderes decidiram encomendar as primeiras camisetas com a logo do “Vem pra Rua” suficientes apenas para distribuir para os organizadores e que futuramente teriam de ampliar criando uma espécie de lojinha em que os valores arrecadados com a venda dessas camisetas seriam usados para cobrir os gastos com manifestações e outras despesas do movimento que passaram a existir com o seu crescimento.

Por esse ângulo existia também uma grande preocupação do VPR de ser confundido com outros movimentos e personagens que se utilizavam de narrativas agressivas, raivosas e polarizadas, por pessoas e grupos defensores da intervenção militar e que em muitos momentos se mostravam não democráticos além do risco de trazerem desgaste nas manifestações que não eram eles que organizavam. Ficava claro perceber que eles se apropriavam da organização de manifestações para tentar convencer o máximo de pessoas possível a defender a intervenção militar, por exemplo.¹²

Para evitar que os manifestantes pró-intervenção militar pudessem ter carro de som nas manifestações organizadas pelo “Vem pra Rua”, a Secretaria de Segurança Pública do DF sugeriu que nos ofícios de comunicação de manifestação pudessem ser escritos, além da natureza e pauta do protesto, horário, data e estimativa de público, que o movimento não compactuava com a defesa da intervenção militar. Com isso, os intervencionistas nunca mais puderam ingressar na Esplanada dos Ministérios com carros de som nas manifestações organizadas pelo “Vem pra Rua” e assim aconteceu em todas as demais cidades por um motivo óbvio: grupos antagônicos não podem se manifestar no mesmo local, dia e horário.

Com o passar do tempo, foi construído um sentimento que se denominou de antipetismo. Para o movimento, esse sentimento surgiu e foi aumentando durante o período do surgimento do Movimento “Vem pra Rua”, mas, isso não aconteceu porque o movimento seria contra o PT e sim porque o movimento defendia o combate à corrupção e com as investigações e revelações do Mensalão e posteriormente da Operação Lava Jato a partir de 2014, houve uma explosão de indícios de uma possível institucionalização da corrupção dentro do governo petista e sua gestão.

Na visão de Rauch (1994, p. 59), nesse fenômeno de surgimento de movimentos a partir de 2013, o que haveria atualmente é um “hiperpluralismo” sugerindo que estaríamos vivendo

¹²<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/04/12/manifestantes-pedem-intervencao-militar-com-base-em-regra-que-nao-existe.htm?cmpid=copiaecola>



uma multiplicação de grupos de pressão ansiosos por explorar em benefício próprio as oportunidades propiciadas pela democracia. No caso do “Vem pra Rua”, o movimento não deixou de responsabilizar, cobrar e questionar a todos os partidos e políticos por seus atos de omissão e corrupção explícita que tantos problemas trouxeram para o Brasil.

Com isso, o “Vem pra Rua” centralizou seus esforços, trabalho e objetivos em trabalhar as pautas referentes ao combate à corrupção e crime organizado, defesa de um Estado menos inchado e mais eficiente e apoio à renovação e reforma política. Os assuntos relacionados às pautas comportamentais e morais, família, sexualidade, cotas, religião e outros temas não eram abordados e sequer citados pelo Movimento “Vem pra Rua”.

Moe (1980) tenta desenvolver uma análise organizacional dos grupos, que inclui variáveis como liderança, estruturas administrativas, mecanismos de comunicação e representação e canais para participação dos membros. A partir de suas análises, percebe-se que o bom funcionamento de um grupo depende muito da atuação de seu(s) líderes(s). Cabe ao grupo adotar eficazes estratégias de comunicação (para recrutar membros potenciais), de administração (para a provisão dos bens coletivos), de coordenação interna e de relação com atores externos relevantes (como políticos e burocratas). O “Vem pra Rua” tinha dois líderes que conseguiram organizar o movimento para o tornar eficiente.

Assim, Rogerio Chequer, fundador do Movimento “Vem pra Rua”, ressaltou em entrevista para o Roda Viva em 23/03/2015¹³:

O movimento “Vem pra Rua” tem três pilares: a defesa dos preceitos democráticos, a ética na política e o Estado desinchado e eficiente... não somos a favor de nenhuma forma de golpe, de nenhuma forma de intervenção militar e nada que não seja constitucional. As coisas têm que acontecer dentro da lei e vão acontecer dentro de princípios republicanos. É o que defendemos.

Já o Movimento Brasil Livre, diferentemente do “Vem pra Rua”, por exemplo, aborda temas comportamentais e tem um perfil proativo quanto a mobilização eleitoral em torno de nomes de candidatos bem atuantes no movimento sendo mais ativos nas campanhas eleitorais promovendo a imagem de seus membros para seus seguidores e eleitores. Certamente movimentos podem chegar ao poder por meio das eleições trabalhando a imagem de seus líderes para serem futuros candidatos eletivos.

McAdam e Tarrow (2011, p. 30) examinam as conexões entre movimentos sociais e eleições, propondo uma estrutura analítica que considera ambos como formas mutuamente constitutivas da política, e ressaltam que:

¹³ Para acompanhar o vídeo, acessar: https://youtu.be/oZAn4KthDJ4?si=yvD_mv24Sym2qws



Essa ascensão e queda na trajetória dos movimentos, relacionada ao alinhamento eleitoral, é exatamente o que a perspectiva do processo político poderia prever. A tendência é a de que os movimentos progressistas de esquerda floresçam durante os períodos de política institucional liberal, ao passo que os de direita prosperem quando os conservadores detêm o poder institucional. São as eleições, com símbolo e veículo dessas transições institucionais, que dão forma a essa oscilação de longo prazo da mobilização popular.

Enfim, o “Vem pra Rua” não tinha o objetivo precípua de influenciar as eleições, apoiando candidatos ou partidos, segundo declaração de Rogerio Chequer concedida para esta pesquisa. Até 2021, o movimento se concentrou em ser um espaço para a expressão da indignação dos cidadãos, sem se envolver diretamente com eleições. Porém, ao perceber nas eleições de 2022, a importância de apoiar uma terceira via para a presidência, visando evitar a volta de Lula ou Bolsonaro ao poder, decidiu agir. No entanto, a forte polarização política no Brasil, com Bolsonaro à frente da direita e Lula à frente da esquerda, impediu a criação de uma chapa central que pudesse unir os brasileiros, equilibrar e romper com os extremismos e intolerâncias dominantes.

3.3. Organização do “Vem pra Rua”

O “Vem pra Rua” operava principalmente por meio do WhatsApp, com múltiplos grupos formados conforme a região e as tarefas assumidas pelos participantes. Com o tempo, surgiu a necessidade de estabelecer uma estrutura de governança mais formal, com funções claramente divididas. Isso gerou certo desconforto entre os voluntários, já que surgiram agendas individuais e interesses que se distanciavam dos objetivos principais do movimento. Algumas pessoas se opuseram a decisões com as quais não haviam contribuído.

Chequer e Butterfield (2016, p. 83) declaram em seu trabalho que:

Em uma organização voluntária, um dos maiores desafios é exercer a liderança sobre uma equipe que se dedica apenas por vontade própria, sem remuneração. Não era como uma empresa em que as pessoas trabalhavam sendo remuneradas. A relação sempre era muito delicada e requeria mais tato social. A forma como a gente tinha que lidar com essa situação era de fato bem diferente com a que estávamos acostumados. Chequer e Butterfield.

Fora essa atuação humana direta, de voluntários, o “Vem pra Rua” estruturou uma estratégia de comunicação digital altamente eficaz, utilizando o WhatsApp como principal ferramenta de disseminação de informações. A abordagem consistia na criação de grupos de distribuição, nos quais cada participante era responsável por compartilhar o conteúdo recebido com outros grupos em que estivesse inserido. Esse modelo permitiu alcançar mais de 50 mil pessoas de forma descentralizada, com administradores de grupos atuando como



multiplicadores de mensagens. Esses grupos não possuíam interação entre os participantes; apenas os administradores podiam postar, garantindo a disseminação controlada e direcionada de materiais informativos e de mobilização do movimento. Cada membro do “Vem pra Rua” era um multiplicador de conteúdos.

Além do WhatsApp, o “Vem pra Rua” utilizava o Facebook Messenger para interagir com seguidores e responder diretamente a mensagens enviadas para o movimento. Esse mecanismo possibilitava a inclusão automática dos usuários em uma lista de transmissão (Broadcast), alcançando mais de 100 mil pessoas. Entretanto, essa funcionalidade foi posteriormente desativada pelo Facebook, que passou a cobrar pelo serviço de alcance ampliado.

Os impulsionamentos pagos no Facebook demonstraram eficácia, mas não possuíam a mesma velocidade e alcance orgânico proporcionado pela comunicação em rede. O engajamento espontâneo de usuários, por meio do compartilhamento entre contatos e grupos, provou ser mais eficiente do que o uso de “boosting” para ampliar a visibilidade de publicações. Entre 2014 e 2016, a taxa de engajamento era elevada, tornando viral a maior parte dos conteúdos divulgados.

Marcelo Coelho, um dos entrevistados para esta pesquisa, foi o responsável pelas redes sociais do Movimento “Vem pra Rua”, e integrou todas as páginas regionais à página nacional do movimento, permitindo a replicação automática dos conteúdos postados na página principal para as demais localidades. No entanto, o objetivo além da segurança das páginas estaduais ficarem vinculadas com a nacional, era de incentivar postagens voltadas a pautas políticas locais que acabou não sendo plenamente atingido, visto que poucas lideranças das outras cidades aderiram a essa iniciativa.

Conforme ressaltou Mari Botter, assessora de imprensa do Movimento “Vem pra Rua”, em entrevista realizada para esta pesquisa:

Desde sua fundação, o “Vem pra Rua” manteve um compromisso rigoroso com a veracidade das informações compartilhadas, adotando um processo criterioso de verificação antes da divulgação de qualquer conteúdo. O movimento priorizava a consulta a veículos de imprensa consolidados para evitar a propagação de desinformação e Fake News. Em nosso grupo de produção de conteúdo para as redes sociais do movimento como vídeos, banners, lives e escolha de replicação de links de notícias sempre tínhamos todo cuidado para divulgar somente fatos verdadeiros.

Havia reuniões online que eram realizadas semanalmente pelo Conselho Nacional, composto a princípio por cinco membros e, posteriormente, por sete membros, sendo dois fixos (Chequer e Colin) e cinco selecionados por votação em um grupo chamado “PORCOS”.



Ressalte-se que o nome desse grupo especial, "PORCOS", foi atribuído por Colin, que fez uma analogia entre o engajamento dos membros do grupo e a participação de dois animais comuns no café da manhã nos Estados Unidos: a galinha e o porco. Enquanto a galinha apenas botava o ovo e seguia sua vida, o porco "se entregava" ao movimento, pois morria para fornecer a carne. O grupo foi assim nomeado para refletir o maior nível de compromisso com o movimento.

Os membros do grupo "PORCOS" eram escolhidos pelo Conselho com base em seu alto nível de engajamento e dedicação voluntária. O convite para participação era feito por um membro do Conselho Nacional. O grupo funcionava sem a divulgação externa de sua existência. Os componentes do "PORCOS" se reuniam online porque havia membros de diversos estados e cidades diferentes, pelo menos uma vez por mês, para apresentar sugestões e opiniões aos integrantes do Conselho Nacional bem como avaliar a situação política do país.

Enfim, além dos dois núcleos com maior poder de decisão no movimento, havia também um grupo responsável pela produção de conteúdo e outro voltado à consultoria jurídica, ambos com participação relevante na condução das ações, na definição de objetivos e pautas, assim como no fortalecimento e expansão do movimento.

3.4. Influência da atuação do movimento no processo eleitoral

Enquanto os partidos políticos enfraqueceram, os movimentos sociais e outros grupos de interesse se multiplicaram, evidenciando uma crise de representatividade e confiança nas instituições partidárias. A adesão a partidos e o engajamento em suas atividades são mínimos entre a população brasileira. Os movimentos sociais e os sistemas políticos institucionais são interdependentes, mas raramente são analisados de forma integrada. Poucos estudiosos consideram a presença ou ausência de movimentos sociais e grupos de interesse nas eleições, ou como esses movimentos influenciam o processo eleitoral.

Um exemplo disso foi a atuação do "Vem pra Rua" entre 2015 e 2016, que contribuiu para o impeachment de Dilma Rousseff e a nomeação do vice-presidente Michel Temer, demonstrando o impacto político que movimentos sociais podem exercer.

Outro exemplo, aconteceu em 2018, a eleição presidencial foi decidida no segundo turno entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). O "Vem pra Rua" não desejava esse cenário, pois esperava que os dois candidatos do segundo turno fossem de partidos diferentes do Partido dos Trabalhadores, dado seu envolvimento no esquema de corrupção do Petrolão, a



crise econômica e os altos índices de desemprego juntando a isso: o impeachment de Dilma Rousseff.

O “Vem pra Rua”, fiel à sua postura apartidária, não apoiou nenhum candidato, mas, diante da possibilidade de vitória do PT, organizou uma campanha nas redes sociais e uma manifestação de rua, intitulada “PT NÃO!”, marcada para o último domingo antes do segundo turno. Essas ações, provavelmente, influenciaram o voto contra o partido dos trabalhadores.

Movimentos sociais feministas saíram às ruas buscando utilizar sua influência como meio para alcançar um objetivo eleitoral: impedir a eleição de Bolsonaro nas eleições de 2018. Esses grupos organizaram manifestações sob o lema #EleNão, que ocorreram nas vésperas do pleito de outubro, mas que não surtiram o efeito desejado.¹⁴

Pode-se inferir, com esses exemplos, que um movimento bem organizado e estruturado pode exercer influência significativa em processos eleitorais, especialmente quando suas ações são direcionadas e focadas em objetivos claros.

A interação entre movimentos sociais e o processo eleitoral pode impactar a dinâmica das campanhas e influenciar os resultados eleitorais. Essa interação se desdobra em cinco processos principais: 1) a utilização das eleições como uma tática pelos movimentos; 2) mobilização eleitoral proativa e reativa por parte de grupos dentro dos movimentos; 3) o impacto de longo prazo das mudanças nos regimes eleitorais sobre os padrões de mobilização e desmobilização dos movimentos sociais; 4) a polarização partidária induzida por movimentos sociais.

Olson não considera o papel das instituições e do Estado mesmo ele sendo um patrocinador institucional importante da ação política, como afirma Baumgartner e Leech (1998, p. 74). Olson (1999) também não reconhece que a pressão social é um elemento importante em grupos grandes, bem como subestima o valor dos “incentivos finalistas”, que são as próprias ideologias e o peso que elas podem ter na mobilização de grupos.

Em 28 de outubro de 2014, uma manifestação foi realizada, com o “Vem pra Rua” promovendo o hábito de deixar o local limpo após os protestos, incentivando cada participante a cuidar do seu lixo. Essa ação contribuiu também para a união das pessoas junto ao movimento. O “Vem pra Rua” tornou-se assim, com o passar dos meses, um espaço para que os cidadãos expressassem sua indignação sobre os problemas do Brasil, funcionando como um canal de comunicação entre o povo e o Congresso Nacional.

¹⁴<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/10/20/mulheres-protestam-no-brasil-contr-a-possivel-vitoria-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>



A reeleição de Dilma, com a menor margem desde a redemocratização, gerou frustração entre os organizadores dos protestos, que tentaram evitar que o governo fosse validado pela vontade popular após anos de corrupção e má gestão.¹⁵

Segundo Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”, em declaração concedida a esta pesquisa:

A luta que o “Vem pra Rua” travou em 2014 não foi somente pela não reeleição de Dilma, mas sim, contra a má situação do Brasil nas últimas décadas. Chequer e Colin constataram que o “Vem pra Rua” conquistou um alcance e capilaridade incríveis e assim poderiam ampliar essa pauta para outros assuntos de interesse da sociedade brasileira.

Após a divulgação do resultado das eleições, a avaliação da caminhada e conquistas do “Vem pra Rua”, Chequer e Colin, fizeram um vídeo informando que continuariam lutando por mudanças para um Brasil melhor convidando todos que haviam se envolvido com o movimento a se unirem e não pararem de agir a fim de atingir mais objetivos importantes para o desenvolvimento do país.

Após essa vitória de Dilma, começou uma nova fase do “Vem pra Rua”: buscar mudar o país de maneira mais profunda e irreversível. Quais eram as pautas mais importantes para o Brasil? Como o “Vem pra Rua” poderia impulsioná-las a partir da mobilização conquistada?

O êxito das manifestações de outubro de 2014 impulsionou a criação de novos movimentos de rua. Alguns desses movimentos organizaram uma mobilização para o dia 1º de novembro, à qual o “Vem pra Rua” não aderiu. A manifestação, no entanto, tomou um rumo desfavorável, com participantes demandando o impeachment de Dilma Rousseff, a auditoria das eleições presidenciais e, em alguns casos, a intervenção militar — posições com as quais o “Vem pra Rua” jamais se alinhou ou apoiou. Em 2014, o movimento não apoiava o impeachment de Dilma, pois considerava que não existia fundamento jurídico para sustentar tal pedido. Essa manifestação de 1º de novembro atraiu a atenção da mídia e prejudicou os movimentos sociais.¹⁶

Com a movimentação da Operação Lava Jato, o “Vem pra Rua” decidiu convocar uma manifestação para o dia 15 de novembro, data da Proclamação da República, com o objetivo de reafirmar suas diretrizes e pautas centrais. O protesto teve como foco o combate à corrupção, destacando as investigações da Operação Lava Jato, em especial o esquema do Petrolão, e a

¹⁵<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>

¹⁶https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/politica/1414876155_114327.html



necessidade de punição dos responsáveis. Essa foi a primeira mobilização do “Vem pra Rua” desvinculada do contexto eleitoral.

A indignação popular intensificou-se diante do avanço das investigações da Lava Jato, com novas denúncias sendo apuradas constantemente. A delação premiada de Paulo Roberto Costa revelou informações cruciais, expondo progressivamente a corrupção sistêmica na administração pública brasileira.

Segundo o relato de Marcelo Coelho, responsável pelas redes sociais do “Vem pra Rua”, fornecido durante entrevista cedida para esta pesquisa:

Nós incentivávamos amplamente o uso de ferramenta de convites do Facebook para divulgar as manifestações. Na época, a plataforma permitia que qualquer pessoa selecionasse amigos e enviasse convites, o que gerava notificações instantâneas nos celulares. Esse processo era simples e engajador, já que o convidado podia imediatamente aceitar o convite, confirmar presença, marcar “talvez” ou recusar. Isso se tornou uma febre, transformando o Facebook na principal ferramenta para organização e convocação de grandes eventos.

Em dezembro, o “Vem pra Rua” chamou para uma saída no dia 6 em que houve a participação de artistas e políticos que gravaram vídeos convidando as pessoas para participar.

Nessa manifestação, Chequer buscou deixar claro a intenção do ato dizendo que o “Vem pra Rua” era contra a intervenção militar e não defendia o impeachment de Dilma por falta de embasamento legal, que a exigência era de que o dinheiro público fosse investido no Brasil e não em Cuba ou aparelhando o esquema de corrupção descoberto pela Lava Jato: o Petrolão.

Com as manifestações que aconteceram até o final de 2014, o “Vem pra Rua” passou por um processo de aprendizagem do que funcionava e do que não funcionava para mobilizar as pessoas para irem para rua. Buscou-se ter mais sensibilidade para perceber o tempo certo para protestos de rua e o cuidado de se mobilizar com o amparo de eventos políticos e sociais específicos que impulsionavam os manifestantes, deixando clara a pauta de protesto e reivindicação.



4 INICIATIVAS A PARTIR DE 15 DE MARÇO DE 2015

Após o encontro com o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, uma convocação para manifestação foi divulgada nas redes sociais para o dia 15 de março de 2015, sem autoria identificada. O “Vem pra Rua” decidiu aderir à mobilização. A manifestação superou as expectativas, com adesão massiva, sendo maior do que os próprios movimentos previam.

Como pontuou Colin Butterfield, em entrevista cedida para esta pesquisa, sobre a importância da comunicação:

A mensagem tem que ser simples e o Congresso tem que nos ouvir então eu acho que os movimentos sociais foram de suma importância como veículo para expressar a opinião pública de coisas que não se aguentava mais e o que aglutinou tanta gente em volta do “Vem pra Rua” foi a simplicidade da mensagem. O “Vem pra Rua” não complicou, a gente não retificou, era totalmente apartidário, a gente só estava prezando pela qualidade de ter um legislativo melhor, decisões tomadas com mais embasamento técnico e o fim da impunidade no Brasil. Era esse o grande pano de fundo do nosso movimento.

Naquele período, o “Vem pra Rua” alcançava cerca de 15 mil pessoas por meio do WhatsApp, utilizando listas de transmissão (broadcast list), o que permitia enviar o mesmo conteúdo a um grande número de destinatários. O principal canal de divulgação das manifestações era o Facebook, que possibilitava o envio de milhares de convites. A plataforma também era usada para organizar eventos em diversas cidades, onde indivíduos se ofereciam para coordenar manifestações locais, informando locais e horários.

Chequer e Butterfield (2016) comentam que não seria possível o “Vem pra Rua” fazer o que fez, com a velocidade com que foi feito sem as redes sociais. O “Vem pra Rua” usou intensamente as mídias sociais não apenas para convocar, mas para informar. Com isso foi possível arregimentar tantos brasileiros para irem às ruas.

O Conselho Nacional do “Vem pra Rua”, visando apoiar os líderes regionais, organizava os protestos e disponibilizava um banco de dados com orientações detalhadas sobre a aplicação do logotipo nos materiais, as playlists para os eventos e os modelos de ofício para comunicação com a Polícia Militar local.

Ressalta ainda, Rogério Chequer em entrevista concedida para esta pesquisa:

O “Vem pra Rua” tinha líderes de todos os tipos, de todas as classes sociais. Alguns componentes por trabalharem para empresas ou serem servidores públicos preferiam não ter seus nomes e imagens divulgados para evitar qualquer tipo de retaliação ou perseguição.

À medida que o “Vem Pra Rua” crescia, tornou-se essencial transmitir uma imagem clara de seus objetivos, evitando qualquer confusão com outros movimentos que, sem embasamento legal, também defendiam o impeachment de Dilma, ou que apoiavam a intervenção militar. Para isso, foram implementadas estratégias para treinar porta-vozes



regionais, garantindo que estes falassem com a imprensa de maneira alinhada às ideias do movimento e à pauta defendida nas manifestações. Um guia foi desenvolvido para orientar essas entrevistas, acompanhado de releases explicativos sobre o propósito das manifestações, distribuídos aos jornalistas com antecedência.

Segundo o movimento, essas ações resultaram na melhoria significativa da comunicação do movimento e na redução de informações equivocadas. O desafio principal foi garantir que a imprensa relatasse os fatos corretamente, evitando interpretações errôneas que pudessem distorcer a mensagem do movimento, dificultando a compreensão do Congresso Nacional sobre as reais intenções do povo nas ruas. A contratação da assessora de imprensa, Mari Botter, foi um passo crucial para assegurar a visibilidade do movimento e a clareza da comunicação nos meios de comunicação.

Já Mari Botter, assessora de imprensa do “Vem pra Rua”, pontuou sobre o como o movimento foi projetado em entrevista cedida para esta pesquisa:

Saímos bastante na imprensa, apesar de todas as dificuldades. A imprensa, de forma geral, sempre foi mais de esquerda, e não gostava do Movimento “Vem pra Rua”. Lembro-me que quando eu soltava um release avisando sobre alguma manifestação, muitas vezes recebia respostas desagradáveis e grosseiras.

Em Brasília, os manifestantes na Esplanada dos Ministérios enfrentavam dificuldades devido à grande extensão da área, falta de infraestrutura como banheiros e sombras, e à escassez de condições para permanência prolongada, ao contrário de lugares como a Avenida Paulista. A arquitetura do espaço parece ter sido projetada para dificultar grandes aglomerações.

Diante da necessidade de contornar essas dificuldades, o grupo “Vem pra Rua” Brasília iniciou a divulgação da manifestação do dia 15/03/2015 com bastante antecedência, adotando diversas estratégias. Entre elas, a confecção de um boneco de grandes proporções, com uma estrutura de isopor representando uma figura semelhante à ex-presidente Dilma Rousseff, contendo as inscrições “Fora Dilma” em um lado e “Fora PT” no outro, além de informações sobre o local, data e horário do ato. Esse boneco era exibido em feiras populares, como as de Ceilândia, Taguatinga e Guará, enquanto panfletos eram distribuídos ao público.

Além disso, faixas de divulgação eram fixadas na traseira de veículos estacionados em áreas de grande circulação, permitindo que os motoristas que transitavam pela região visualizassem a mensagem. Em outra iniciativa, uma colaboradora utilizou seu próprio carro no bairro Sudoeste, equipado com um sistema de som reproduzindo a música “Vem pra Rua” e um áudio convocando para a manifestação. A ação despertava a curiosidade dos moradores, que saíam para entender o contexto, a maioria demonstrava apoio.



Cada liderança local utilizava os recursos disponíveis para promover a mobilização e divulgação de forma independente, adaptando as estratégias às particularidades de suas regiões.

A manifestação de 15 de março de 2015 foi bem maior que as manifestações de 2013 e 2014; foi enorme e aconteceu em cerca de 200 cidades espalhadas pelo Brasil. Na Esplanada dos Ministérios, o caminhão de som se concentrou de manhã próximo à rodoviária do Plano Piloto, em frente à Biblioteca Nacional para fazer a abertura da manifestação chamando as demais cidades para encherem as ruas do país à tarde. Um vídeo era gravado com essa chamada mostrando milhares de manifestantes e depois era postado nas redes sociais do movimento a fim de empolgar as pessoas das outras cidades a participarem da manifestação à tarde.

Após a execução do hino nacional, os manifestantes deslocaram-se até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde foi instalado um boneco inflável de grandes dimensões representando o ex-presidente Lula, à época retratado com vestimentas de presidiário. A criação do boneco é atribuída ao Movimento Brasil de Alagoas. Posteriormente, ele ficou conhecido como “Pixuleco”, termo que se popularizou durante esse conturbado período político no Brasil. A palavra passou a ser utilizada como gíria para designar propina ou valores ilícitos oferecidos com o intuito de influenciar ações ou viabilizar procedimentos ilegais. Em resposta à demanda popular, os movimentos produziram versões reduzidas do Pixuleco, permitindo que manifestantes pudessem segurá-lo durante os protestos contra a corrupção associada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Após o lançamento do “Pixuleco”, outros bonecos infláveis foram criados. Durante as manifestações, os bonecos infláveis eram frequentemente utilizados como um meio de expressar à imprensa e ao Congresso o posicionamento dos manifestantes em relação às figuras representadas nessas estruturas. Os manifestantes tiravam fotos próximos aos bonecos e postavam em suas redes sociais, isso ajudava demasiadamente para que outras pessoas se engajassem após ver essas publicações.

Diante desses comportamentos, vale ressaltar a afirmação de Bringel e Pleyers (2015, p. 7-8) de que:

Uma vez aberto o espaço de protesto pelas mobilizações iniciais, outros atores se uniram para fazer suas próprias reivindicações, sem necessariamente manter os laços com as mobilizações originais e repetir as formas, a cultura organizacional, as referências ideológicas ou os repertórios de ação dos iniciadores dessas mobilizações. [...] Nesse momento, ao emergir um novo ciclo de protestos, presenciou-se um transbordamento societário, isto é, um momento em que o protesto se difunde dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram.



Manifestações iniciaram com faixas e evoluíram para outro ciclo e forma de se manifestar com bonecos infláveis, painéis e o que mais pudesse comunicar para o Congresso Nacional a vontade do povo. As manifestações de 2013 foram completamente diferentes das manifestações que se seguiram em 2014 a 2016.

A identidade do “Vem pra Rua” como um movimento organizado e sério foi sendo consolidada na medida que as manifestações e ações aconteciam, diferenciando-se de outros grupos, especialmente os mais radicais. Após a manifestação de 15 de março, o “Vem pra Rua” concedeu entrevistas a vários veículos da imprensa como à *Veja* e ao programa de TV *Roda Viva*, proporcionando esclarecimentos ao público sobre suas características e postura. A comunicação eficiente sempre foi uma preocupação central do movimento.¹⁷

4.1. Criatividade nos protestos

O “Vem pra Rua” passou a adotar também formas de protestos mais pontuais, com número reduzido de participantes. A primeira dessas ações ocorreu em 2 de dezembro de 2014, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), com cerca de 20 pessoas. Os manifestantes, carregando velas acesas e cartazes amarelos com slogans como “Turma do Calote” e “Congresso, faça a Dilma cumprir a lei”, protestaram contra o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36, que propunha alterar o cálculo do superávit primário. Dilma Rousseff buscava modificar a meta fiscal de 2014, embora a dívida já estivesse consolidada. Apesar da manifestação, o Congresso aprovou o PLN 36.

Outra ação criativa de grande repercussão foi o “Faxinação na Petrobras”, no qual manifestantes, armados com baldes, vassouras e outros materiais de limpeza, se reuniram em frente à sede da empresa no Rio de Janeiro, assim como em suas filiais em São Paulo, Recife, Brasília, Belo Horizonte, Vitória e até em Houston, nos Estados Unidos.¹⁸

Nesse dia, foi introduzida a representação visual de uma mão com quatro dedos manchados de petróleo, simbolizando a suposta implicação do ex-presidente Lula em escândalos relacionados ao desvio de recursos públicos e à organização de um esquema de corrupção na Petrobras.¹⁹

No início de 2015, a situação financeira e fiscal do Brasil se deteriorava, evidenciando um agravamento nas contas públicas. Em fevereiro, a presidente Dilma Rousseff sofreu uma

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=oZAn4KthDJ4> - entrevista Roda Viva

¹⁸ <https://oglobo.globo.com/politica/faxinaco-contracorrupcao-na-petrobras-atrai-cerca-de-30-pessoas-na-avenida-paulista-14848145>

¹⁹ <https://tribunadonorte.com.br/natal/manifestacao-anti-dilma-aquece-venda-de-camisetas/>



significativa derrota política, quando Arlindo Chinaglia, por ela indicado, perdeu a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados para Eduardo Cunha.²⁰

O “Vem pra Rua” direcionou esforços para uma análise mais profunda de sua ideologia, com o objetivo de esclarecer as características centrais do movimento, concluindo que sua proposta era a defesa de um Estado reduzido, eficiente e enxuto. A discussão sobre o tamanho do Estado passou a ser mais relevante do que as tradicionais classificações ideológicas de esquerda ou direita, uma vez que era imperativo garantir que as pessoas nascidas em condições de escassez e sem oportunidades recebessem atendimento adequado. O mercado deveria ser eficiente, com o papel de promover a inclusão social, proporcionando melhores oportunidades para os mais pobres e impulsionando seu processo de ascensão econômica.

Além disso, os painelaços se consolidaram como uma forma de manifestação eficaz. Neste formato, cidadãos se dirigiam às residências de autoridades, utilizando painéis e colheres para gerar barulho, exibindo cartazes com mensagens de cobrança e, em alguns casos, empregando megafones ou caixas de som para aumentar a visibilidade do protesto. Um exemplo notório foi o painelaço realizado em frente à residência de Graça Foster, então presidente da Petrobras, que resultou em sua renúncia ao cargo no dia seguinte.²¹

Outro exemplo de mobilização foi o painelaço em frente a um edifício localizado na Bela Vista, em São Paulo, com o objetivo de chamar a atenção do Ministro José Eduardo Cardozo. No entanto, o apartamento permaneceu vazio após a divulgação da manifestação. Seis dias depois, em 24 de fevereiro de 2015, o ministro Cardozo foi novamente alvo de um painelaço, desta vez em frente ao Ministério da Justiça.

Ainda em 2 de março de 2015, dias antes de o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, encaminhar ao STF pedidos de investigação contra políticos supostamente envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras, cerca de 20 pessoas se reuniram em Brasília, em frente à Procuradoria Geral da República, para realizar uma vigília com velas e cartazes em apoio ao procurador. Janot desceu, pegou um cartaz com a mensagem “Janot, você é a esperança do Brasil!”, conversou com os manifestantes e foi filmado afirmando que trabalharia com tranquilidade e equilíbrio, e que as investigações seriam iniciadas.²²

²⁰ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_eleicao_congresso_cc

²¹ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514574/noticia.html?sequence=1>

²² <https://sinpfetro.com.br/noticias/quem-tiver-de-pagar-vai-pagar-afirma-rodriigo-janot-a-manifestantes/>



Os principais veículos de comunicação divulgaram esse ato e esse vídeo dando clareza ao “Vem pra Rua” sobre a grande dimensão que atos e ações pequenos e pontuais como esse poderiam alcançar.

A situação financeira e fiscal do Brasil se deteriorava, evidenciando um agravamento nas contas públicas. Em fevereiro, a presidente Dilma Rousseff sofreu uma significativa derrota política, quando Arlindo Chinaglia, por ela indicado, perdeu a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados para Eduardo Cunha.²³

O “Vem pra Rua” passou a direcionar esforços para fazer uma análise mais profunda de sua ideologia, com o objetivo de esclarecer as características centrais do movimento, concluindo que sua proposta era a defesa de um Estado reduzido, eficiente e enxuto. A discussão sobre o tamanho do Estado passou a ser mais relevante do que as tradicionais classificações ideológicas de esquerda ou direita, uma vez que era imperativo garantir que as pessoas nascidas em condições de escassez e sem oportunidades recebessem atendimento adequado. O mercado deveria ser eficiente, com o papel de promover a inclusão social, proporcionando melhores oportunidades para os mais pobres e impulsionando seu processo de ascensão econômica.

4.2. Aliança Nacional dos Movimentos Sociais

O Movimento Brasil Livre, de forma independente, agendou uma nova manifestação para o dia 12 de abril de 2015. O “Vem pra Rua” não concordou com a marcação, mas optou por aderir ao evento para evitar desgaste, caso o número de manifestantes fosse significativamente inferior ao da mobilização do dia 15 de março. Com o intuito de direcionar a manifestação de 12 de abril para um objetivo concreto, o “Vem pra Rua” anunciou a entrega de uma *Carta do Povo Brasileiro* aos parlamentares do Congresso Nacional, um documento redigido por representantes das ruas. Esta ação representou o primeiro esforço concreto de estabelecer um diálogo direto e democrático com os deputados e senadores. (vide anexo 1)

O “Vem pra Rua” aproveitou a oportunidade para reunir líderes de vários movimentos sociais e criar a Aliança Nacional dos Movimentos Sociais, formada por 26 movimentos, visando ampliar a representatividade de movimentos sociais. A estratégia de aproximação entre os líderes foi realizada por meio de um café da manhã em um salão de eventos em Brasília, proporcionando um ambiente informal que facilitou a interação e o diálogo sobre questões

²³ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_eleicao_congresso_cc



comuns. No encontro, discutiram-se temas sobre o papel do Congresso, a atuação dos outros poderes e soluções para os problemas do Brasil.

No dia 15 de abril de 2015, diversos membros do “Vem pra Rua” e de outros movimentos da Aliança foram ao Congresso Nacional entregar a Carta, mas foram impedidos de entrar devido a uma manifestação de indígenas ocorrendo na parte externa do prédio.²⁴

Os líderes do movimento optaram por realizar a leitura da *Carta do Povo Brasileiro* na rampa lateral de acesso ao anexo da Câmara dos Deputados, onde estiveram presentes membros da imprensa, assessores de parlamentares, deputados e senadores.

Posteriormente, foi proposta uma reunião com representantes de diversos partidos, o que viabilizou a entrada do grupo no Congresso Nacional. O encontro ocorreu em uma sala de comissão do Senado, contando, de um lado, com lideranças partidárias como José Agripino Maia (presidente do DEM), Beto Albuquerque (representante do presidente do PSB, Carlos Siqueira), Roberto Freire (presidente do PPS), Aécio Neves (presidente do PSDB), José Luiz Penna (presidente do PV) e Paulinho da Força (presidente do Solidariedade), além dos senadores Ronaldo Caiado (DEM) e Tasso Jereissati (PSDB); e, de outro, com os líderes dos movimentos sociais.

Durante a reunião, os movimentos sociais cobraram um compromisso concreto da classe política com as reivindicações expressas na *Carta do Povo Brasileiro*. No entanto, os discursos parlamentares se mostraram genéricos e prolixos, sem manifestação objetiva de apoio às demandas populares. Argumentaram, ainda, que a oposição ao governo do PT era inviável diante da ampla maioria da base governista.

Em resposta, Chequer destacou que a população já havia feito o impossível ao mobilizar 1 milhão de pessoas pacificamente nas ruas, e que agora era responsabilidade dos partidos e parlamentares agir. Sob pressão, o senador Aécio Neves afirmou “um sonoro sim” às demandas populares, colocando o impeachment na pauta parlamentar imediatamente. O Estadão estampou na capa: “Oposição se une por impeachment”.

No decorrer do processo de impeachment, a primeira materialização do crime de responsabilidade atribuído à ex-presidente Dilma Rousseff ocorreu quando o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), formalizou uma representação solicitando a investigação da equipe econômica da Presidência da República. A iniciativa baseou-se nos atrasos deliberados nos repasses de recursos do

²⁴<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-04/movimentos-de-rua-entregam-pauta-ao-congresso-e-cobram-acao-das-oposicoes>



Tesouro Nacional para instituições financeiras e autarquias, caracterizando fraude fiscal e configurando crime de responsabilidade. Essa prática ficou conhecida como “pedaladas fiscais” (vide anexo 2).

Segundo o procurador Júlio Marcelo de Oliveira²⁵, representante do Ministério Público Federal no Tribunal de Contas da União (TCU):

A contabilidade criativa parece algo muito positivo, mas em campo de matéria de contabilidade é um nome para ilegalidades, para fraudes, para irregularidades. O nome adequado deveria ser contabilidade destrutiva.

Eis, portanto, que paralelamente ao avanço das investigações sobre as pedaladas fiscais da ex-presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato prosseguiu com apurações e sanções a agentes políticos e empresariais envolvidos em esquemas de corrupção. Em junho, a Polícia Federal efetuou a prisão de presidentes de grandes empreiteiras, e em julho, realizou mandados de busca e apreensão em residências de parlamentares. Esse tipo de operação tornou-se recorrente na cobertura dos veículos de comunicação, refletindo a intensificação do combate à corrupção no país.²⁶

4.3. Manifestação de 16 de agosto de 2015²⁷

Diante da conjuntura política e dos desdobramentos da Operação Lava Jato, no início de julho, o “Vem pra Rua” convocou uma manifestação para o dia 16 de agosto, consolidando um discurso unificado nas ruas com pautas como o afastamento da presidente Dilma Rousseff, a erradicação da corrupção, o apoio à Lava Jato e a defesa do impeachment e do fim da impunidade no Brasil.

A mobilização atingiu aproximadamente 1 milhão de participantes em todos os estados, sendo considerada um marco na intensificação da pressão pelo impeachment. Um diferencial em relação às manifestações anteriores foi a ampla divulgação prévia, impulsionada pela cobertura da imprensa e pelo PSDB, que, sem solicitação dos movimentos, veiculou chamadas nacionais na televisão conclamando a população às ruas.

Para reforçar o engajamento e a coesão da manifestação, o “Vem pra Rua” elaborou um grito de guerra estratégico que passou a ser uma prática recorrente do movimento para estimular

²⁵ <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/procurador-do-tcu-diz-que-governo-praticou-fraude-nas-contas-publicas.html>

²⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/pf-deflagra-16a-fase-da-operacao-lava-jato>

²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=53rP4y3q_d4 - vídeo do “Vem pra Rua” de convocação da manifestação de 16 de agosto de 2015



a mobilização e fortalecer a identidade do protesto. Os gritos de guerra passaram a ser uma estratégia eficaz de mobilização da massa em todas as manifestações: “Viemos aqui por mudanças. Não aguentamos mais este governo, inflação, corrupção, enganação. Exigimos oposição, investigação, punição. Somos a união que quer mudar o Brasil: Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! Vem Pra Rua”.

4.4. Dez medidas contra a corrupção

Durante a manifestação de 16 de agosto e em outros momentos de protestos que se seguiram, foi realizada a coleta de assinaturas em apoio ao projeto das "10 Medidas de Combate à Corrupção", uma iniciativa do Ministério Público Federal apoiada pelo Movimento “Vem pra Rua”. O objetivo era obter o respaldo necessário para a apresentação da proposta à Câmara dos Deputados, reforçando a mobilização popular em prol do fortalecimento do combate à corrupção no país.²⁸ (vide anexo 2)

A meta era coletar 1,5 milhão de assinaturas e foram obtidas 2 milhões. Como a checagem exigida para virar projeto de lei de iniciativa popular levaria muito tempo, a solução veio do deputado Mendes Thame (PV-SP), que apresentou o projeto com as 10 medidas contra a corrupção.²⁹

4.5. Aproximação com o TCU

Dando continuidade às ações em prol do afastamento da presidente Dilma Rousseff, o Movimento “Vem pra Rua” estabeleceu interlocução direta com o ministro Augusto Nardes, relator do processo das pedaladas fiscais no Tribunal de Contas da União (TCU). Além desse contato, o movimento ampliou sua atuação realizando visitas aos demais ministros da Corte, com o objetivo de debater tecnicamente a existência de crime de responsabilidade nas manobras fiscais praticadas pelo governo.

Como parte de sua estratégia de mobilização, o “Vem pra Rua” empregou a tática de vigílias, prática recorrente do movimento em momentos decisivos. Com o intuito de demonstrar apoio ao ministro Nardes e pressionar contra sua remoção do caso. O movimento organizou vigílias simultâneas em 18 Tribunais de Contas da União em diferentes estados do país. A mobilização visava garantir a continuidade do julgamento dentro da normalidade institucional,

²⁸ <https://mppr.mp.br/Pagina/Conheca-10-Medidas-Contra-Corrupcao>

²⁹ <https://www.camara.leg.br/noticias/484225-frente-recebe-2-milhoes-de-assinaturas-a-favor-de-projeto-de-combate-a-corrupcao/>



mesmo diante das tentativas do governo Dilma de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para afastar o relator do caso.³⁰

Apesar da intensa pressão exercida pelo governo para afastar o relator e evitar a condenação, o julgamento e reprovação das contas da presidente Dilma Rousseff no TCU foi unânime. Com um placar de oito votos a zero, a Corte rejeitou as contas do governo, confirmando a prática das chamadas "pedaladas fiscais" e outras irregularidades na gestão orçamentária.

O ministro Augusto Nardes afirmou que as práticas adotadas pelo governo Dilma violavam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele argumentou que as pedaladas, que envolviam atrasos nos repasses do Tesouro para os bancos públicos, visavam esconder a verdadeira situação fiscal, configurando manipulação contábil e comprometendo a transparência fiscal. (vide anexo 2).

O Movimento “Vem pra Rua” usou também faixas para reforçar a importância do trabalho do tribunal. No dia do julgamento, uma manifestação foi organizada em frente ao TCU, com bandeiras de todos os estados e apoio de líderes de movimentos sociais além do “Vem pra Rua” que foram convidados para estarem juntos nessa ação. Uma caixa de som foi usada para a realização de discursos, o ministro Nardes se dirigiu à manifestação falando para os manifestantes presentes e jornalistas. Nardes recomendou ao Congresso Nacional a rejeição das contas do governo, o que contribuiu para o impeachment de Dilma.

Diante desse resultado das ações em Brasília e em outras partes do país, o impeachment voltou ao centro do debate como a principal solução institucional para a crise política, uma vez que a presidente Dilma recusava-se a renunciar, mesmo diante da manifestação expressiva de milhões de cidadãos em protestos por todo o país. Além disso, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, optou por não dar continuidade à ação penal movida pela oposição, o que reforçou a tese de que o afastamento da presidente deveria ocorrer por meio do processo de impeachment conduzido pelo Congresso Nacional.

³⁰<https://oglobo.globo.com/politica/ministro-do-tcu-se-diz-surpreso-com-acao-para-afastar-relator-17692337>



5 IMPEACHMENT

Janaína Paschoal junto com Hélio Bicudo ³¹, um dos fundadores do PT e militante de direitos humanos, uniram-se para apresentar um pedido de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff.

Chequer e Butterfield (2013) registram que o Movimento conversou posteriormente com o Dr. Miguel Reale Júnior pedindo sua contribuição nessa peça conforme relatado também por Chequer em entrevista concedida para esta pesquisa. No contexto do processo, ele argumentou que Dilma havia cometido crimes de responsabilidade, principalmente em relação às pedaladas fiscais; e à edição de decretos sem a autorização do Congresso. Contribuiu na elaboração das fundamentações legais que embasaram o pedido de impeachment. Reale Júnior defendeu a legalidade e a legitimidade do processo sustentando que ele era necessário para garantir a responsabilidade fiscal e o cumprimento das leis no país³² (vide anexo 2).

Segundo relata Dra Janaína Paschoal, autora do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em entrevista cedida para esta pesquisa:

Sinto que era como se fosse uma invasão alguém que não era da política ter tomado iniciativa em um pedido de impeachment de presidente. Por mais que se criem narrativas dizendo que havia influências político-partidárias, na verdade não havia. Foi uma iniciativa minha que depois foi ganhando adesão e apoio. Havia um constrangimento, um mal estar com o fato de não ter sido uma iniciativa da política. Isso eu senti em vários momentos. Era muito comum as pessoas me perguntarem quem era o meu pai, meu marido, achando que era alguém da política. Eles procuravam algum tipo de vínculo familiar meu com alguém da política. Entendo que os parlamentares são representantes do povo e que o povo, até por força da constituição, tem instrumentos de participação, tem momentos de efetiva participação. Isso ainda não é tão bem recebido como deveria.

O pedido de impeachment foi formalmente protocolado na Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2015. Nos meses subsequentes, houve um intenso e contínuo diálogo com parlamentares em busca de apoio ao processo. A articulação nos bastidores era diária, visando garantir que os parlamentares agissem conforme a vontade popular e compreendessem a mensagem dos movimentos que defendiam o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

O trâmite do impeachment seguiu seu curso no Congresso Nacional, e o “Vem pra Rua” esperava que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), acolhesse o pedido em 1º de novembro de 2015, permitindo que o processo avançasse com celeridade. No entanto, isso não aconteceu.

³¹ <https://youtu.be/2qFu189tBqo>

³² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/autores-do-impeachment-de-dilma-pedem-diligencias-e-oitivas-comissao-do>



5.1. Encontro de Líderes do Movimento “Vem pra Rua”³³

Uma estratégia eficaz para fortalecer a unidade do movimento, nesse momento de paralisação do processo de impeachment, foi a realização de um encontro presencial. A mobilização permaneceu ativa, com a organização desenvolvendo ações estratégicas para ampliar sua base de apoio em nível nacional, com o objetivo de atrair mais voluntários dispostos a atuar como multiplicadores das ideias e conteúdos do “Vem pra Rua” por meio do WhatsApp e suas redes sociais em seus respectivos estados e municípios.

O “Vem pra Rua” realizou seu primeiro encontro de lideranças do movimento, promovido em uma sala cedida pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O evento, realizado durante um final de semana, teve como objetivo fortalecer a coesão entre os membros do “Vem pra Rua”, alinhar diretrizes ideológicas e debater os objetivos e estratégias do movimento. Além de discussões sobre política nacional, o movimento convidou para participar figuras públicas influentes à época, como o comentarista político Marco Antonio Villa, da rádio Jovem Pan, e a ex-apresentadora da TV Veja, Joice Hasselmann. Houve outros encontros presenciais posteriormente.

Durante as discussões, o “Vem pra Rua” considerou essencial a construção de uma agenda propositiva para o movimento, visando uma transição de uma postura predominantemente combativa para uma atuação mais construtiva no cenário político. Essa mudança de estratégia visava não apenas garantir a continuidade da mobilização popular, mas também consolidar o “Vem pra Rua” como um ator relevante na formulação e realização de ações concretas.

No segundo semestre de 2015, o Movimento Brasil Livre organizou uma marcha de São Paulo a Brasília, na qual membros do “Vem pra Rua” participaram em trechos específicos, inclusive na chegada ao Congresso Nacional. Posteriormente, o Movimento Brasil Livre estabeleceu um acampamento no gramado em frente à Câmara dos Deputados, com a autorização do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com o objetivo de intensificar a pressão sobre os parlamentares para garantir maior adesão ao pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.³⁴

Alguns colaboradores do “Vem pra Rua”, como o jovem Julio Lins, do Amazonas, que atuou como porta-voz jovem do movimento, também estiveram presentes no acampamento.

³³ Para visualizar o vídeo do encontro, acessar em <https://youtu.be/ujZkzglHp0c>

³⁴ Movimento Brasil Livre. Documentário: Não Vai Ter Golpe! relatando o surgimento do MBL, os acontecimentos relacionados às manifestações e as ações junto ao Congresso Nacional até o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. <https://youtu.be/NtT1dSPgrkA>



Além disso, membros do “Vem pra Rua” realizaram doações para apoiar a permanência e atuação dos manifestantes acampados ³⁵.

Foram várias ações de pressão a favor da aprovação da análise do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma. Contudo, o andamento do processo de impeachment enfrentou obstáculos.

5.2. Eduardo Cunha, Congresso Nacional e manifestações

Segundo Jailton Almeida, líder do “Vem Pra Rua” em Brasília:

Muita gente acha que Cunha foi nosso herói, foi até apelidado de “Meu Malvado Favorito”, ao contrário, ele nos atrapalhou muito. O impeachment poderia ter ocorrido bem antes, mas ele utilizou o pedido como moeda de troca para negociar sua permanência no cargo e evitar a cassação de seu mandato. O pedido de impeachment não era de Eduardo Cunha. Nunca foi. Ele foi redigido por três advogados. Ele era da sociedade brasileira que acordou e tomou as ruas para exigir que o Congresso Nacional exercesse seu papel como poder e instituição que tem o dever constitucional de afastar um presidente da República que tenha cometido crime de responsabilidade como foi o caso da ex-presidente Dilma Rousseff.

A situação política de Eduardo Cunha se deteriorou com a perda de apoio no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o que tornou inviável sua estratégia de barganha com o governo. Diante desse cenário, em 2 de dezembro de 2015, Cunha finalmente aceitou e encaminhou o pedido de impeachment, desencadeando oficialmente o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Diante da iminência do afastamento de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores do poder, o “Vem pra Rua” organizou uma nova manifestação, marcada para o dia 13 de dezembro às 13 horas, data e horário simbolizando o número do PT. Ciente de que essa mobilização poderia ser menor do que as anteriores, o movimento adotou uma estratégia preventiva para evitar interpretações equivocadas por parte do governo e da mídia, que poderiam alegar um enfraquecimento da mobilização popular. Assim, a manifestação de 13 de dezembro foi estrategicamente posicionada como um “esquenta” para um ato de maior magnitude, já agendado para 13 de março de 2016, consolidando a mobilização em prol do impeachment.

Do outro lado do processo, comenta Dra Janaína Paschoal, autora do pedido de impeachment, em entrevista cedida a esta pesquisa:

³⁵ Ver registro em vídeo em <https://youtu.be/k9KuYoLfhRU>.



O fato de as pessoas estarem nas ruas me deu forças e até o sentimento de responsabilidade, para canalizar todas aquelas expectativas em um documento jurídico. Uma vez apresentada a denúncia, os movimentos sociais foram muito importantes para recebermos apoio da população.

Em dezembro, o STF, a pedido do PC do B, mudou o rito do impeachment definido por Cunha, tornando-o mais lento. A principal alteração permitia ao Senado barrar o processo mesmo após aprovação na Câmara. O início de 2016 trouxe incertezas sobre o impeachment de Dilma, com atos pró-governo no recesso e a nova decisão do STF. Parte da imprensa via chances reduzidas, e voluntários do “Vem pra Rua” mostravam ceticismo, levantando dúvidas sobre a manifestação de 13 de março.

Em meio a esse cenário, o Conselho Nacional do “Vem pra Rua” se reuniu para avaliar se deveria persistir no planejamento da manifestação marcada para o dia 13 de março de 2016 ou cancelar o evento, dado o aparente desânimo da população e a falta de um ambiente propício para uma grande mobilização. No entanto, o movimento decidiu manter a manifestação, reforçando o compromisso com sua luta, independentemente dos resultados das ações. A responsabilidade do “Vem pra Rua” estava centrada na condução eficiente da manifestação, sem se deixar influenciar pela comodidade ou passividade da sociedade.

O movimento, então, delineou um plano de divulgação mais robusto e ambicioso para a manifestação de 13 de março, que envolvia novas frentes de comunicação, materiais de apoio e ações inéditas. O orçamento necessário para garantir o sucesso do evento foi estimado em 202 mil reais, valor consideravelmente superior aos anteriores, o que gerou a preocupação sobre como levantar esse montante.

Como resposta a essa necessidade financeira, os líderes do Conselho Nacional do “Vem pra Rua” organizaram reuniões em residências para apresentar o movimento, seus objetivos e propostas, além de solicitar contribuições financeiras para viabilizar os custos do evento. Essas reuniões, realizadas em casas de amigos e apoiadores, não apenas garantiram os recursos necessários, mas também incentivaram outros a se engajar de forma mais direta nas ações do movimento.

Inicialmente, o movimento arrecadava recursos por meio de pessoas físicas. Quem quisesse doar podia pagar diretamente pelo que fosse necessário, como, por exemplo, o aluguel de um caminhão de som. Após o impeachment, foi criada a Associação Brasileira de Fomento à Conscientização do Cidadão (ABRAÇA), responsável pela arrecadação de doações — tanto em espécie, por meio da conta da associação, quanto com a venda de materiais como camisetas, nas manifestações e em grupos de WhatsApp.



O nome do “Vem pra Rua” passou a ter muita credibilidade e foi procurado para transmitir mensagens em jornais de grande circulação por algumas pessoas interessadas em usar o nome do movimento para divulgar alguma mensagem e não serem identificadas. Quando a mensagem estava alinhada com os princípios e pilares do movimento, fazia-se a arte e aceitava usar a imagem, logo e nome do “Vem pra Rua” ³⁶.

Segundo relato concedido por Marcelo Coelho para esta pesquisa, o “Vem pra Rua” adotou uma estratégia de mobilização virtual, conforme relato dele em entrevista cedida para esta pesquisa. Disse ter se inspirado nas práticas de militância digital utilizadas por partidos como o PT e o PSDB. A tática de uso de militantes virtuais (MAVs), já aplicada em eleições anteriores, foi adaptada para o contexto da manifestação do “Vem pra Rua”. A coordenação online passou a ser intensificada por meio de grupos reais de pessoas, sem o uso de robôs, para evitar distorções na realidade e garantir a representatividade genuína da opinião pública.

O time de MAVs do “Vem pra Rua” tinha como objetivo chamar as pessoas para a manifestação e responder aos comentários nas redes sociais, gerando um efeito de rede que incentivava os participantes a convidarem suas conexões. A estratégia gerou resultados positivos: em 22 de fevereiro, a página do evento no Facebook contava com 955.968 convidados, número que saltou para 1.680.279 em 28 de fevereiro.

Em resposta à tentativa do PT de marcar uma manifestação de apoio à presidente Dilma no mesmo dia e local da manifestação do “Vem pra Rua”, a equipe de MAVs aumentou significativamente sua atuação, engajando ainda mais pessoas. O número de convidados no evento do “Vem pra Rua” passou de 2.409.643 em 7 de março para 3.627.187 em 11 de março, atingindo um recorde histórico de 6.611.610 convidados na rede social até o dia da manifestação.

Na semana que antecedeu o evento, a comunidade do Facebook do “Vem pra Rua” alcançou um recorde de audiência, com mais de 28 milhões de usuários únicos visitando suas páginas. Esse nível de engajamento demonstrou a força e a mobilização do movimento, que culminou em uma das maiores manifestações da história do Brasil.

Conforme esclarecido por Marcelo Coelho, em entrevista cedida para esta pesquisa:

No evento de 13 de março de 2016, atingimos a marca de 6 milhões de pessoas confirmando presença apenas no evento criado em nossa página do Facebook. Estimamos que mais de 8 milhões de convites foram enviados utilizando essa funcionalidade, sem contar outros meios de divulgação que contribuíram para levar milhões de pessoas às ruas. O recurso “Eventos” do Facebook inicialmente pensado para organizar aniversários e encontros pessoais, nunca havia sido usado em escala

³⁶ <https://vempraruamycanva.site/>



tão massiva. Conforme o número de usuários interagindo com a ferramenta crescia, começaram a surgir problemas na plataforma, que o Facebook alegou serem de natureza técnica devido ao volume de acessos simultâneos.

Diante dessas limitações, o Facebook interveio para restringir o envio massivo de convites. No entanto, já havíamos percebido a necessidade de diversificar os meios de comunicação e divulgação. Para manter a eficiência na organização, passamos a usar outras redes sociais, como WhatsApp e Telegram, ampliando o alcance das convocações e garantindo que as manifestações permanecessem altamente mobilizadas.

Além das estratégias digitais, o “Vem pra Rua” utilizou diversas abordagens presenciais para divulgar as manifestações. Faixas foram instaladas em pontos estratégicos da cidade, como ruas, viadutos e passarelas, panfletos foram distribuídos em locais de grande circulação nas cidades.

O “Vem pra Rua” notificou a Polícia Militar com antecedência sobre a manifestação agendada para o dia 13 de março, o que impossibilitou que o PT realizasse seu ato no mesmo dia. Como resultado, o PT remarcou sua manifestação de apoio à presidente Dilma Rousseff para o dia 18 de março.

A prisão do marqueteiro João Santana, ligado às campanhas de Lula e Dilma, e as revelações da delação de Delcídio do Amaral, acusando interferência de Lula, Dilma e Mercadante na Lava Jato, intensificaram a revolta popular e impulsionaram a manifestação de 13 de março. A condução coercitiva de Lula em 4 de março de 2016, por suspeitas ligadas ao sítio de Atibaia, teve grande repercussão e aumentou a adesão às manifestações.³⁷

5.3. Escolha do mote da Manifestação de 13/03/2016³⁸

Uma das principais preocupações do “Vem pra Rua” era definir o mote correto para a manifestação do dia 13 de março de 2016, especialmente após a magnitude da manifestação de 15 de março de 2015. Para isso, o movimento decidiu contratar uma empresa especializada para realizar uma pesquisa e entender melhor as reais demandas e reivindicações da população. O objetivo era identificar o que, de fato, os cidadãos queriam levar às ruas.

Embora não houvesse uma adesão expressiva ao chamado pelo impeachment, o termo “Fora PT” teve uma adesão de 100%, pois sua interpretação era, essencialmente, a mesma que o impeachment de Dilma Rousseff. Contudo, surgia um paradoxo: 63% da população era favorável ao impeachment de Dilma, mas 58% não queriam Michel Temer como presidente. Esse contraste gerou uma preocupação no movimento em relação à coerência da mensagem.

³⁷<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/02/lula-foi-mais-de-cem-vezes-sitio-em-atibaia-sp-que-ele-diz-nao-ser-dele.html>

³⁸<https://youtu.be/DxGjSG6UYWI>



Com o receio de adotar um slogan que não refletisse adequadamente os anseios da sociedade, o “Vem pra Rua” optou por realizar uma nova pesquisa para compreender melhor o que estava gerando mais indignação entre os brasileiros e quais questões estavam dominando as preocupações naquele momento. Com base nos resultados da pesquisa, o movimento decidiu deixar de lado as bandeiras pelo impeachment e o “Fora Dilma” e direcionou as manifestações para os seguintes pontos, que ressoavam com a vontade popular:

- Defesa da Lava Jato
- Apoio ao juiz Sergio Moro
- Combate à corrupção por meio da erradicação da impunidade

Três dias antes do ato, o MP de São Paulo pediu a prisão de Lula. Surgiram rumores de políticos nos caminhões do “Vem pra Rua”, mas o movimento reafirmou que a manifestação era do povo, não palco para comícios, e que políticos já tinham seu espaço no Congresso.

Às 14h30 do dia 13 de março de 2016, a Avenida Paulista já estava cheia, com pessoas sem conseguir se aproximar do centro da manifestação, mesmo antes do horário oficial de início. Um dos momentos marcantes foi o discurso de Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo, autores do pedido de impeachment, além do Hino Nacional cantado por milhões, que soltaram balões brancos e amarelos em um gesto simbólico de paz.

Em Brasília, no gramado em frente ao Congresso Nacional, os manifestantes formaram uma faixa amarela em forma de “T”, com letras gigantes coladas em TNT preto. No traço horizontal, estava escrito “SOMOS” e no traço vertical, “MORO”, formando a frase “SOMOS MORO”. Outro grupo formou a mensagem “FORA DILMA” utilizando pessoas em pé posicionadas em linhas marcadas no gramado. A comunicação nas ruas foi clara: apoio à Lava Jato e exigência pela saída de Dilma Rousseff.

A manifestação de 13 de março de 2016 foi massiva, ocorrendo em mais de 300 municípios de todo o Brasil. A imprensa fez uma cobertura abrangente e em tempo real dos eventos, com programas como o “Fantástico” exibindo amplamente vídeos e imagens das manifestações por todo o país.³⁹

³⁹ Protestos Impeachment Dilma - 13/03/2016 - Fantástico . <https://www.youtube.com/watch?v=Hw7HVITxUIc>



5.4. Comissão, Mapa, Comitê e Votação

Em 17 de março de 2016, quatro dias após a grande manifestação de 13 de março de 2016, foi constituída a comissão do impeachment, que assumiu a responsabilidade de refletir a pressão das ruas e a clareza das demandas expressas pela população em suas manifestações. Os parlamentares e o Congresso Nacional não poderiam desconsiderar o clamor popular que se manifestava de forma tão contundente nas ruas do país.⁴⁰

Foi realizado um extenso trabalho de bastidores para garantir a formação de uma maioria parlamentar favorável ao impeachment de Dilma Rousseff. O “Vem pra Rua” possuía um mapeamento detalhado dos redutos eleitorais dos parlamentares, identificando as regiões com maior concentração de eleitores. A partir disso, foram organizados atos locais com o objetivo de conscientizar a população de cada região sobre o posicionamento de seus representantes no Congresso Nacional em relação ao impeachment.

As ações nas redes sociais foram segmentadas por regiões, baseando-se no entendimento de que o parlamentar, por ser eleito para representar um grupo específico de eleitores, deveria atuar em conformidade com os interesses de seus eleitores, e não em benefício próprio ou de seu partido. A premissa era de que um parlamentar que não representasse adequadamente os interesses de seus eleitores não deveria ser reeleito.

Além disso, certos eventos impulsionaram manifestações espontâneas nas ruas, sem a necessidade de convocação formal pelo movimento, como ocorreu quando o Planalto anunciou a nomeação de Lula para o cargo de ministro da Casa Civil e quando o áudio de uma conversa entre Dilma e Lula foi vazado, publicado pelo então juiz Sergio Moro. Nesse áudio, Dilma dizia que enviaria um termo de posse a Lula por meio de Jorge Messias, subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Esses acontecimentos, conforme avaliação de líderes do Movimento “Vem pra Rua” em entrevistas concedidas para esta pesquisa, alimentaram ainda mais a indignação pública e mobilizaram a população para os protestos.⁴¹

Em diversas cidades, em 16 estados, a população foi às ruas de forma espontânea para se manifestar contra a nomeação de Lula ao ministério, com manifestações que incluíam painéis e buzinações.

A manifestação mais emblemática ocorreu em Brasília, quando milhares de pessoas se dirigiram à Praça dos Três Poderes, posicionando-se em frente ao Palácio do Planalto e exigindo

⁴⁰ Comissão do impeachment é instalada; Rosso é o presidente e Jovair o relator.

<https://www.camara.leg.br/noticias/483506-comissao-do-impeachment-e-instalada-rosso-e-o-presidente-e-jovair-o-relator/>

⁴¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/novo-protesto-em-frente-ao-planalto-pede-renuncia-de-dilma>

a renúncia de Dilma Rousseff com o grito de "RENUNCIA JÁ!". Alguns líderes do movimento “Vem pra Rua” ficaram surpresos ao ver mais de 10 mil pessoas enfurecidas na praça. Para tentar conter a tensão, decidiram descer com um caminhão de som pela contramão em direção ao Congresso Nacional, posicionando-se ao lado do Palácio do Planalto. O objetivo era utilizar o som do caminhão e discursos de lideranças para acalmar os manifestantes, evitando que invadissem o Palácio do Planalto.⁴²

Os policiais militares tentaram prender o responsável pela condução do caminhão de som, porém, quando Jailton Almeida, líder do “Vem pra Rua” Brasília, assumiu o microfone e começou a interagir com a multidão, controlando sua fúria por meio de gritos de guerra e discursos estratégicos, os policiais perceberam que a presença do caminhão naquele local era, na verdade, benéfica. Isso ajudou a evitar que os manifestantes invadissem o Palácio do Planalto, prevenindo possíveis danos ao patrimônio público e a uma escalada de confrontos entre os participantes e policiais.⁴³, ⁴⁴.

Nos dias seguintes, continuaram as manifestações no gramado em frente ao Congresso Nacional, com a população expressando sua indignação diante da possível nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de ministro.⁴⁵, ⁴⁶.

Após a suspensão da nomeação de Lula ao cargo de ministro da Casa Civil pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, os protestos em frente o gramado do Congresso, que não foram convocados por nenhum movimento, diminuíram até acabarem completamente.⁴⁷

Dando continuidade à sua atuação em busca de votos favoráveis ao impeachment, o “Vem pra Rua” desenvolveu a ferramenta digital denominada **MAPA DO IMPEACHMENT**, que foi estruturada na forma de um site. Esta plataforma disponibilizava informações detalhadas sobre cada parlamentar, incluindo dados sobre os cargos anteriormente ocupados, situação financeira, o crescimento patrimonial ao longo do tempo, existência ou não de processos na justiça e link para acessá-los, as empresas que contribuíram para suas campanhas eleitorais, bem como os links para suas redes sociais, números de contato do gabinete e endereços de e-mail.⁴⁸

⁴²<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/fiscais-do-gdf-retiram-manifestantes-anti-pt-da-praca-dos-tres-poderes.html>

⁴³ <https://youtu.be/HDHx17ncOGc>

⁴⁴ <https://youtu.be/IHt-CpuWpTs>

⁴⁵<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/ato-pro-impeachment-e-contra-lula-no-governo-fecha-eixo-monumental.html>

⁴⁶ <https://youtu.be/qA1o4cel6yk>

⁴⁷<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>

⁴⁸<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/movimento-vem-pra-rua-cria-ferramenta-on-line-para-acompanhar-impeachment-5181028.html>

O Mapa do Impeachment foi uma iniciativa inovadora do Movimento “Vem pra Rua”, concebida para promover o exercício da cidadania, facilitando uma interação mais direta entre a população e os parlamentares eleitos para representá-la no Congresso Nacional. A visão futura do projeto ultrapassava o âmbito do impeachment, com a intenção de estabelecer uma plataforma contínua de comunicação entre a sociedade e o Congresso Nacional sobre uma ampla gama de questões, aproveitando as tecnologias disponíveis para melhorar essa interface de forma eficaz.

O site foi projetado para atender à necessidade da sociedade de se expressar diretamente com seus representantes. Qualquer cidadão podia acessar o site para enviar e-mails ou mensagens por meio das redes sociais dos parlamentares, proporcionando um canal direto de comunicação com informações precisas e transparentes, garantindo maior acesso à informação e segurança para os cidadãos.

Segundo o entrevistado Marcelo Coelho:

A ideia do Mapa do Impeachment surgiu em uma conversa com Rogerio Chequer, em que discutíamos como criar uma ferramenta que incentivasse os parlamentares a se posicionarem publicamente a favor do impeachment. Inicialmente, a ideia era criar um placar simples, mas a discussão evoluiu para algo mais abrangente: um mapa que mostrasse a intenção de voto de cada parlamentar, dividido entre “a favor”, “contra” e “indeciso”. O objetivo era aumentar a transparência e mobilizar a sociedade para pressionar os políticos.

O lançamento do mapa foi acompanhado de ampla divulgação tornando-se referência. Nas semanas que antecederam o impeachment, o site recebia centenas de milhares de visitantes por dia, e na semana da votação esse número saltou para mais de 1 milhão de acessos diários. A ferramenta teve um impacto significativo na mobilização popular, com os parlamentares classificados como “indecisos” sendo alvo de intensa pressão nas redes sociais. Muitos desses parlamentares tinham suas páginas repletas de mensagens cobrando posicionamento, tornando insustentável para eles permanecerem neutros ou contrários à votação.

Pela primeira vez na história, o Congresso enfrentou uma pressão popular constante e intensa, tanto online quanto presencialmente. Os parlamentares eram cobrados não apenas nas redes sociais, mas também em suas bases eleitorais e onde quer que fossem. O objetivo do mapa foi plenamente alcançado, mostrando a força da organização da sociedade civil e contribuindo para que a decisão refletisse a vontade popular de forma clara e transparente.



No mapa havia três posicionamentos: a favor, indeciso e contra que só poderiam ser preenchidos se houvesse uma declaração pública de sua posição. Seria considerado indeciso se não houvesse nenhuma manifestação clara na imprensa ou redes sociais.⁴⁹

Houve a preocupação de ter uma interface de fácil navegação e uma apresentação amigável, proporcionando uma experiência acessível para os usuários. A cada três dias, eram destacados na página principal três parlamentares: um a favor, um indeciso e um contrário ao impeachment. Para otimizar ainda mais o engajamento, foi criado o recurso "Bola da Vez", que destacava, na capa do site, os parlamentares selecionados para ações de cobrança ou elogio, com o objetivo de intensificar a pressão sobre eles e incentivar a manifestação pública de seus posicionamentos.

Acrescenta Marcelo Coelho, responsável pelas redes sociais do “Vem pra Rua”, em entrevista feita a esta pesquisa que outras versões do Mapa do Impeachment foram lançadas abarcando outros temas de interesse nacional:

Após a pauta do impeachment, o Mapa foi usado para:

- Fim do Foro Privilegiado
- 10 medidas contra a corrupção
- Contra o Fundo Eleitoral
- Mapa da Previdência
- CPI da Lava Toga
- Pacote Anticrime
- “Impeachment Toffoli”
- “Contra Aras na PGR”
- “Contra PL 149”
- “Contra PEC 33”
- Contra o aumento do fundo eleitoral
- Pelo Veto 52
- “Contra Cassio Nunes no STF”
- Prisão após condenação em segunda instância ⁵⁰
- “Contra Pacheco na presidência do Senado”
- “Fora Bolsonaro”

⁴⁹ <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/vem-pra-rua-lanca-o-8220-mapa-do-impeachment-8221>

⁵⁰ <https://youtu.be/w3XMn516YrI>



O critério para usar o Mapa foram as pautas defendidas pelo Movimento “Vem pra Rua”. Sempre que havia a necessidade de mobilizar as pessoas para pressionar os parlamentares do Congresso Nacional em determinada direção, dentro das pautas abordadas pelo movimento, um Mapa era criado.

Segundo Luciana Alberto, porta-voz do Movimento “Vem pra Rua”, após a saída de Rogerio Chequer:

[...] com o avanço das redes sociais, como o Facebook e o WhatsApp, a sociedade encontrou um ambiente virtual propício ao debate, conectando uns a outros numa rede de comunicação avançada, possibilitando o compartilhamento, em tempo real, de informações, notícias, opiniões e, sobretudo, aproximando os eleitores dos políticos. Iniciativas como os famosos Mapas construídos pelo Movimento “Vem pra Rua”, permitiram a população cobrar dos políticos posições acerca de temas e pautas que tramitavam no Congresso Nacional, eliminando as distâncias físicas e temporais havidas entre um e outro.

Alguns parlamentares entraram em contato com lideranças do “Vem pra Rua” para comunicar seu posicionamento favorável ao impeachment. Nessas conversas, foi esclarecido que todos os parlamentares deveriam tornar público seu voto, para que seu posicionamento fosse atualizado no Mapa do Impeachment. Alguns parlamentares relataram que, embora apoiassem o movimento, não poderiam tornar sua posição pública devido a possíveis repercussões políticas. A orientação dada a todos os parlamentares, independentemente de seu partido, foi a de que somente seriam classificados como favoráveis ao impeachment aqueles que explicitamente manifestassem seu apoio por meio de reportagens, entrevistas, discursos ou em suas redes sociais. Os grupos buscam conquistar mais apoiadores para sua causa, de modo que ignorá-los se torne algo custoso demais para os legisladores.

A estratégia do site MAPA DO IMPEACHMENT conseguiu atingir seu objetivo conforme avaliou o Marcelo Coelho, entrevistado desta pesquisa:

De forma absoluta, deram certo os mapas do Impeachment de Dilma, das 10 medidas contra a corrupção, Previdência, Anticrime e o mapa Fim do Foro Privilegiado (o projeto foi aprovado no Senado e está parado na Câmara dos Deputados). De forma relativa, todos de certa forma deram certo porque mobilizaram a sociedade nas pautas a cobrar seus parlamentares. Isso influenciou a renovação do Congresso – quem não vota como quer a população, depois tem contas a acertar na eleição.

Veículos de comunicação também divulgaram mapas que indicavam o posicionamento dos parlamentares, mas sem fornecer os detalhes adicionais sobre cada político, como era o caso do Mapa do Impeachment. Diferentemente dos mapas da imprensa, criados exclusivamente para informar sobre a posição de cada parlamentar, o Mapa do Impeachment tinha como objetivo exercer pressão sobre os parlamentares indecisos e contrários à medida, com a intenção de alterar suas posições. Sua finalidade não era apenas apresentar a tendência



de votação do impeachment no Congresso Nacional, mas sim influenciar a decisão dos legisladores.

Questionamentos dos parlamentares sobre as exigências de eleitores jamais deveria ocorrer caso houvesse um diálogo constante e aberto entre o Congresso Nacional e a sociedade, por meio de grupos representativos populares. Talvez falte aos parlamentares a compreensão da importância da comunicação eficaz com seus eleitores, reconhecendo que sua função é representar a vontade popular, e não agir de maneira autônoma, sem consultar suas bases eleitorais.

Havia no Congresso Nacional parlamentares fortemente comprometidos com a aprovação do impeachment, e o movimento avaliou a possibilidade de estreitar laços com esses políticos, buscando fortalecer a aliança. Dessa forma, foi criado o Comitê do Impeachment, liderado pelo deputado Mendonça Filho (DEM) e por Jailton Almeida, porta-voz do “Vem pra Rua” em Brasília, que assumiu a responsabilidade de representar o “Vem pra Rua” no comitê, o qual contou com a participação de parlamentares de partidos como PSDB, PSB e Solidariedade.⁵¹

A combinação do uso do site Mapa Do Impeachment e a criação e funcionamento do Comitê do Impeachment permitiu exercer um papel decisivo no desenrolar do processo de impeachment de Dilma. “Vem pra Rua” e Movimento Brasil Livre pressionaram deputados corpo a corpo e nas redes sociais até o dia da votação.⁵²

A saída do PMDB da base aliada do governo Dilma foi um acontecimento importante para a aprovação do impeachment da presidente uma vez que o PMDB era maioria no Congresso. Alguns dias depois do rompimento, o PMDB passou a orientar os parlamentares a votar a favor do processo de afastamento da presidente Dilma da presidência.

O “Vem pra Rua” montou em algumas cidades o que chamou de “Muro da Vergonha”. Os políticos indecisos e contrários ao impeachment eram exibidos em telões, banners ou projeções.⁵³ Foi uma estratégia adicional de pressão sobre os parlamentares, que tiveram suas identidades expostas publicamente. Em Brasília, essa ação foi apelidada de “Placar do Impeachment”.⁵⁴

⁵¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458832560_657858.html

⁵² https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458832560_657858.html

⁵³ <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/43046-muro-da-vergonha>

⁵⁴

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/manifestantes-instalam-placar-do-impeachment-em-frente-ao-congresso>



Ficou decidido que a votação do impeachment começaria na sexta-feira às 9 horas e se estenderia até a madrugada, retomando no sábado ao meio-dia até a madrugada seguinte, e continuando no domingo a partir das 14 horas. O Movimento “Vem pra Rua” havia antecipado aos parlamentares que seria preferível que a votação final ocorresse no domingo, uma vez que isso garantiria a presença do apoio popular nas ruas. A data de 17 de abril foi confirmada, e o movimento organizou uma manifestação na Esplanada dos Ministérios para acompanhar a votação.

Quatro telões foram instalados na Esplanada, próximos aos ministérios, desde o estacionamento do Itamaraty até a Catedral, com o objetivo de permitir que os manifestantes acompanhassem o processo de votação em tempo real. Para cobrir os custos com a infraestrutura dos telões e as manifestações em Brasília, a equipe do “Vem pra Rua” Brasília estabeleceu parcerias com chefs locais, promovendo almoços com paella ou galinhada como forma de arrecadar recursos, vendendo ingressos de colaboração. Além desses almoços, o movimento também produziu camisetas para venda nos dias de manifestações e antes por meio de WhatsApp. O movimento também organizou uma festa junina, cujo cardápio foi complementado com mantimentos doados pelos colaboradores e vendido para os convidados, majoritariamente amigos e familiares dos integrantes do “Vem pra Rua” Brasília.

Era uma diretriz do movimento que cada cidade e local responsável pela organização de manifestações e protestos deveria buscar ativamente fontes de arrecadação, como doações, para cobrir os custos relacionados à realização de seus eventos.

No dia da votação do impeachment, a Secretaria de Segurança do Governo do Distrito Federal instalou um muro na Esplanada para separar os manifestantes favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff daqueles que a apoiavam, com o intuito de prevenir qualquer possível conflito entre os grupos.

O número de manifestantes em apoio ao impeachment de Dilma superava o número de apoiadores do PT. Próximo ao caminhão de som, posicionado ao lado do Palácio do Itamaraty, podia-se ver uma multidão de pessoas até a Catedral, as pessoas acompanhavam a votação com grande atenção, vibrando a cada voto. O movimento coordenava a manifestação, conduzindo-a com músicas, gritos de guerra e orientações sobre segurança e manutenção da limpeza do local, uma vez que havia numerosos vendedores ambulantes de alimentos e bebidas ⁵⁵.

⁵⁵<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupos-pro-e-contra-impeachment-ocupam-esplanada-dos-ministerios.html>.

Documentário: O muro - processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff
<https://www.youtube.com/watch?v=9jxk4y7BfFg>



Conforme observado por Juliana Dias, líder do “Vem pra Rua” Brasília, em entrevista cedida para esta pesquisa:

No dia da votação do impeachment na Câmara dos Deputados, a atmosfera era comparável a um evento esportivo de grande escala. O ambiente foi marcado por manifestações de fervor popular, com pessoas gritando e saltando, enquanto balançavam as bandeiras do Brasil.

Houve concentrações para acompanhar a sessão da votação do impeachment da ex-presidente Dilma na Câmara em 24 estados mais o Distrito Federal. No dia 11 de maio aconteceu a primeira votação do Senado em que por 55 votos a 22, abriu-se o processo de impeachment contra Dilma Rousseff por entenderem que havia indícios suficientes de que ela cometeu crime de responsabilidade.

Segundo João Berchmans C. Serra, advogado e sócio de Caputo Bastos e Serra Advogados que atua com direito público e empresarial; à época do impeachment, era sócio do escritório Mattos Engelberg e auxiliou a Dra Janaína na defesa do impeachment de Dilma, conforme entrevista cedida para esta pesquisa:

Os signatários do impeachment precisavam de um advogado presente no Congresso Nacional já que não podiam ficar o tempo inteiro no Congresso à frente do processo. Minha participação foi estritamente técnica, sempre foquei no processo do impeachment: inquiria as testemunhas, contra argumentava os pedidos de prova, de diligências, de instrução, fazia o contraditório, as questões de ordem, impugnava pedidos de prova... Quando o senador Anastasia concluiu em seu parecer pelo afastamento de Dilma e instalação do tribunal para julgar o pedido de impeachment, eu fiz a sustentação oral. Usei meus conhecimentos técnicos para defender a aprovação do impeachment da ex-presidente Dilma

No dia 22 de maio, o Senado Federal aprovou o afastamento da presidente Dilma Rousseff do cargo. Em resposta, o Movimento “Vem pra Rua” programou uma nova manifestação para o dia 31 de julho, com a intenção de manter a pressão popular para garantir que a decisão do Senado fosse tomada até o início de agosto. Contudo, o movimento enfrentou uma limitação inesperada imposta pelo Facebook, que restringiu o número de convites enviados por cada página a 50 por dia. Mesmo com essa barreira, o “Vem pra Rua” conseguiu mobilizar 1,5 milhão de pessoas para o evento. Embora a manifestação não tenha sido massiva, ela preservou sua abrangência e capilaridade, com a participação registrada de 200 cidades.

O impeachment de Dilma Rousseff se concretizou quando 61 senadores votaram favoravelmente à sua destituição. Paralelamente, a Operação Lava Jato seguia com seu curso investigativo. O juiz Sérgio Moro optou por conduzir as investigações de maneira transparente, permitindo que a população acompanhasse o desmantelamento do que foi considerado à época o maior esquema de corrupção da história do Brasil.



Na avaliação de Juliana Dias, em entrevista para esta pesquisa:

A Lava Jato se diferenciou de outras operações anteriores por proporcionar clareza ao público sobre os fatos e a transparência no andamento das investigações. A operação alimentou a indignação popular, levando muitos cidadãos a não permitirem que seus ânimos se acalmassem, mas a transformarem sua revolta em ação. Como resultado, as manifestações nas ruas do país continuaram a reunir grandes públicos.

O “Vem pra Rua” emergiu e se consolidou como um movimento contra a corrupção, crescendo paralelamente à Lava Jato. As revelações provenientes dessa investigação incentivaram os cidadãos a se manifestarem nas ruas em defesa do combate à corrupção. Em setembro de 2016, Chequer e Butterfield lançaram o livro *“Vem pra Rua”: A História do Movimento Popular que Mobilizou o Brasil*, com o objetivo de registrar a atuação e a contribuição democrática do movimento entre 2014 e 2016.⁵⁶

Conforme pontuou, Jailton Almeida, líder do “Vem pra Rua” Brasília, em entrevista concedida para esta pesquisa:

Nos protestos de 2013, foram feitos pedidos de mudança, mas a classe política não os atendeu. A diferença nos protestos de 2015 a 2016 foi que alguns políticos começaram a dar maior atenção aos movimentos sociais, adotando uma postura mais receptiva para promover o diálogo e a aproximação. No entanto, essa atitude deveria ter sido adotada pelo Congresso Nacional como um todo. Em contrapartida, o Congresso se manteve distante e desconfiado das ações e intenções dos movimentos sociais, dificultando um diálogo institucional mais efetivo.

Diogo Castor de Mattos, Procurador da República, ressaltou a importância da atuação da sociedade civil no sentido de acompanhar e fazer o seu controle porque é o interesse coletivo que está em jogo, principalmente, nos crimes de colarinho branco, em que a vítima acaba sendo toda a sociedade.

Uma importante lição prática que os líderes dos movimentos sociais aprenderam foi que, para promover melhorias no contexto coletivo, é essencial participar ativamente desse processo. Eles chegaram à conclusão de que o poder efetivamente emana do povo, que a única saída é a soberania popular (candidatura independente, recall de mandato, iniciativa popular para criar leis, referendos e plebiscitos), segundo ressaltado por Orleans e Bragança (2014, p. 165-166).

Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”, ao ser questionada em entrevista:

⁵⁶ <https://www.estadao.com.br/politica/movimento-vem-pra-rua-lanca-livro-sobre-sua-trajetoria/?srsltid=AfmBOop9tSBlu2PyLLE4jad3oflBOZCI01Eo1cCkJ9evdvKkxk0kSzHs>



O tripé de atitudes que sustenta os problemas enfrentados pelo país está relacionado a fatores culturais, nomeadamente o conformismo, a omissão e o baixo senso de coletividade do cidadão brasileiro. Além disso, é notável que, frequentemente, a população encontra-se desorganizada e sem a crença de que pode alterar a situação política e social do país. O Movimento “Vem pra Rua” desempenhou um papel significativo ao trazer o poder de volta ao povo, promovendo maior consciência e vontade de exercer o direito de se manifestar, reivindicar e agir de forma proativa. O movimento também estabeleceu uma interface mais efetiva entre a população e o Congresso Nacional, além de interagir com outros órgãos dos poderes envolvidos nas questões das pautas defendidas nas manifestações.

Conforme defendido por Rogerio Chequer, fundador do Movimento “Vem pra Rua”, em declaração a entrevista concedida ao programa Roda Viva do dia 23/03/2015 gravado no YouTube⁵⁷:

O Brasil começou a se manifestar de uma outra forma, as pessoas começaram a perceber que elas tem um poder muito maior do que elas tinham e que o poder de democracia que elas tinham não vem só do voto a cada quatro anos, ela pode vir uma vez por mês, pode vir dez vezes por mês. O poder das pessoas começou a mudar. A consciência das pessoas do que é possível começou a mudar e elas estão fazendo isso, protestando, felizes. Existe uma alegria cívica na forma com que as pessoas estão se manifestando. Elas vão às ruas e elas ficam felicíssimas de estarem fazendo uma coisa que nunca fizeram e perceberem que isso começa a ter efeito, que tem mais gente fazendo.

Jailton Almeida, líder do “Vem pra Rua” Brasília, ressaltou em entrevista cedida para esta pesquisa que:

O pedido de impeachment não era de Eduardo Cunha. Nunca foi. Ele foi redigido por três advogados. Ele era da sociedade brasileira que acordou e tomou as ruas para exigir que o Congresso Nacional exercesse seu papel como poder e instituição que tem o dever constitucional de afastar um presidente da República que tenha cometido crime de responsabilidade como foi o caso da ex-presidente Dilma Rousseff.

Vale pontuar que o pedido de impeachment também foi assinado pelo “Vem pra Rua” e representantes de outros movimentos sociais.⁵⁸

O movimento maior percebido foi de que os cidadãos brasileiros decidiram romper com a omissão e o conformismo para se engajar em protestos nas ruas, visando a construção de um Brasil mais justo, próspero e ético. Em 2016, o país assistiu ao processo de afastamento da presidente da República, um evento impulsionado pela ação organizada da sociedade civil brasileira.

Este movimento se distanciou substancialmente do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, que teve origem em uma reunião de políticos e, posteriormente, foi realizado por manifestantes conhecidos como “caras pintadas”.

⁵⁷ Para ver o vídeo acessar: (inserir o endereço)

⁵⁸ <https://www.infomoney.com.br/politica/reale-bicudo-e-movimentos-anti-dilma-registram-novo-pedido-de-impeachment/>



O processo de impeachment de Dilma Rousseff emergiu das ruas. A crescente insatisfação popular foi acentuada pela aprovação unânime do relatório técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), que rejeitou as contas públicas da presidente e identificou a ocorrência de crime de responsabilidade. A partir desse ponto, a punição à presidente foi atribuída ao Congresso Nacional.

Conforme pontuou Colin Butterfield, em entrevista concedida para esta pesquisa:

A mensagem tem que ser simples e o Congresso tem que nos ouvir então eu acho que os movimentos sociais foram de suma importância como veículo para expressar a opinião pública de coisas que não se aguentava mais e o que aglutinou tanta gente em volta do VPR foi a simplicidade da mensagem. O VPR não complicou, a gente não retificou, era totalmente apartidário, a gente só estava prezando pela qualidade de ter um legislativo melhor, decisões tomadas com mais embasamento técnico e o fim da impunidade no Brasil. Era esse o grande pano de fundo do nosso movimento.

Este processo originou-se da mobilização popular, sendo apoiado por um pequeno grupo de parlamentares que dialogaram com os movimentos sociais e entenderam as demandas da população. Esse grupo alinhou-se à vontade majoritária do povo e, com o tempo, conseguiu mobilizar uma maioria no Congresso Nacional para promover o afastamento da presidente.

Segundo Juliana Dias, líder do “Vem pra Rua” Brasília, relatou em entrevista para esta pesquisa:

Uma estratégia eficaz para garantir mudanças substanciais em um país seria promover a conscientização de toda a sociedade, algo que somente seria viável por meio de uma abordagem séria na educação básica, de caráter suprapartidário. Esta abordagem deveria tratar de conceitos relacionados ao exercício da cidadania, corrupção, coletividade e aos direitos e deveres de cada cidadão.

Conforme observado em entrevista por Adelaide Oliveira, coordenadora nacional do “Vem pra Rua”:

O fluxo de pessoas comuns no parlamento aumentou de maneira expressiva e até hoje vemos movimentos se utilizando das redes para falar com os deputados, o que hoje é normal e comum. Alguns parlamentares começaram um trabalho ótimo de divulgação de seus mandatos e de diálogo com a população, outros fecharam suas redes. De forma geral, o Congresso só ouve o que quer, mas a sociedade está mudando e vai impor ao Congresso uma mudança no relacionamento entre os parlamentares e os cidadãos.

Quando o “Vem pra Rua” começou com pouquíssimas pessoas a fazer manifestação em 2014, muitos políticos não levaram a sério as ações dos movimentos. O senador Ronaldo Caiado à época, Senador pelo Estado de Goiás, foi um dos parlamentares que abraçou a causa desde o início dentro do Senado. Ele fez uma declaração que ficou registrada no livro “Vem pra Rua”,



a história do movimento popular que mobilizou o Brasil, em que reforçou a importância de manter a nova postura que os brasileiros que foram às ruas demonstraram.

Nesse sentido, para Chequer e Butterfield (2016, p. 204-205):

Essa mudança será suficiente ou apenas mais um lado da história que contaremos depois? Esse é o nosso grande desafio daqui para a frente. A continuidade das ações, a cobrança, a representatividade nas eleições de 2016. E, em 2018, termos um Congresso muito mais sintonizado com a pauta da sociedade brasileira do que com aquela pauta fisiológica, corrupta, oportunista, que visa muito mais a reeleição e o fortalecimento partidário, assim como foi até agora

O Villa (2013, p.217), em relação ao impeachment de Collor, avalia que:

a mobilização pelo impeachment de Collor nasceu nos partidos políticos e teve a forte presença de alguns governadores na organização dos grandes atos públicos. Isso foi radicalmente distinto do processo que nós vimos em 2015 e 2016. Pela primeira vez, a sociedade civil se auto-organizou. E venceu: Essa vitória em um país de tradição autoritária como o nosso é algo que nunca havia ocorrido aqui. E mais: eu realmente desconheço um processo como esse na história da América Latina.

Em relação ao Movimento “Vem pra Rua”, Chequer e Butterfield (2016, p. 239) fazem a seguinte exposição:

O papel da sociedade mobilizada vai além de manifestações. Ela passa a se organizar para melhor educar e orientar os eleitores em quem devem votar e quem devem evitar, apesar da maciça propaganda eleitoral tradicional. (...) precisamos continuar decididos a usar a energia da indignação e da injustiça social para fins construtivos. Quanto mais se reclama sem agir, mais energia é desperdiçada. Precisamos reequilibrar a dinâmica do nosso sistema de representatividade e da nossa democracia. A decisão e a atitude de cada um de nós, brasileiros, são fundamentais nessa jornada.

O “Vem pra Rua” atuou como catalisador da insatisfação popular e mobilizador da opinião pública. A organização sistematizou demandas sociais, trouxe o impeachment para o centro do debate nacional, articulou-se politicamente e transformou o espaço público em um ambiente de discussão cívica e política. Definia-se como uma plataforma para expressar a indignação popular, por meio de protestos presenciais e digitais. Sem vínculos institucionais, partidários ou com entidades públicas ou privadas, funcionava como canal de mobilização cidadã. Seu objetivo era oferecer meios de reivindicação, esclarecimento sobre candidatos, monitoramento de políticos e participação política. O movimento via na fraca representatividade parlamentar um obstáculo ao combate à corrupção e à promoção de pautas sociais.

O “Vem pra Rua” acredita que o Foro Privilegiado é o principal fator que impede os senadores de cumprirem suas funções constitucionais junto ao STF. Outro fator crucial que promove a impunidade no Brasil, de forma geral, é a prescrição criminal. O sistema jurídico estabelece prazos para a tramitação dos processos, e quando esses prazos são ultrapassados sem



uma decisão final, a ação penal é extinta, impossibilitando a aplicação de punições. Esse mecanismo contribui para a morosidade processual e, na prática, dificulta a responsabilização de muitos envolvidos em crimes, tanto públicos quanto privados.

5.5. Foro Privilegiado

O instituto do foro por prerrogativa de função, popularmente conhecido como Foro Privilegiado, representa um dos principais fatores que perpetuam a impunidade no Brasil segundo avaliação do “Vem pra Rua”. Esse mecanismo jurídico assegura que determinadas autoridades públicas sejam julgadas diretamente por instâncias superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em processos penais e de responsabilidade, sem passar pelo julgamento em primeira instância. Nos termos dos artigos 53 e 102 da Constituição Federal, aproximadamente 55 mil autoridades possuem esse privilégio, incluindo ministros de Estado, parlamentares e outras figuras de alto escalão.

O Movimento “Vem pra Rua” desenvolveu e lançou o “Mapa do Fim do Foro Privilegiado”, uma iniciativa que contribuiu significativamente para a mobilização da sociedade e a consequente aprovação da proposta no Senado Federal.⁵⁹ No entanto, a matéria (PEC 10/2013) ⁶⁰encontra-se parada na Câmara dos Deputados. Até o momento (abril/2025), a Câmara não deu prosseguimento à tramitação dessa proposição. Essa inércia legislativa impede a concretização de uma reforma essencial para a redução da impunidade e o fortalecimento do princípio republicano da igualdade perante a lei.

O ex-presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, sintetizou a problemática ao afirmar que “o Brasil é um país que pune muito as pessoas pobres, negras e sem boas conexões (...). Mas, se a pessoa é ministro de Estado ou membro do Congresso, será julgada pelo STF”.⁶¹

Após o impeachment de Dilma Rousseff, o “Vem pra Rua” passou a propor reformas para melhorar a governança e corrigir falhas no sistema político. Um foco central foi o diálogo com o Congresso para mudar a representatividade parlamentar, defendendo o voto distrital. O atual sistema proporcional, baseado no quociente eleitoral e partidário, é visto pelo movimento como pouco representativo.

A experiência recente demonstrou que a mobilização da sociedade civil é essencial para o aprimoramento institucional e o fortalecimento da democracia. Em um sistema de

⁵⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/31/senado>

⁶⁰ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materias/111574>

⁶¹ <https://www.meionews.com/cidades-meio/ma/timon/brasil-pune-mais-os-pobres-e-os-negros-diz-ministro-joaquim-barbosa-250239>



representatividade fragilizada, como o brasileiro, a participação cidadã contínua é um fator determinante para a fiscalização e aprimoramento das práticas políticas e legislativas.

Segundo Chequer e Butterfield (2016, p. 270):

Afastar a presidente da República que estava governando contra o país foi só a primeira medida – emergencial. A revolução que realmente nos interessa acontecerá em cada um dos brasileiros, trocando a reclamação pela ação, o sofá pelas ruas, o papel de vítima pelo de protagonista. (...) essa revolução se refletirá no Congresso Nacional, em uma mudança de postura dos políticos, como uma consequência inevitável. Porque não queremos morar com nossas famílias em redomas de vidro enquanto assistimos a outros morrerem de fome do outro lado da rua, ou do outro lado do país. Queremos ser livres para viver em um lugar que combine o melhor do ser humano. Um país em que a mesma voz que grita “gol”, em apoio à seleção brasileira de futebol, também grita “não” contra a impunidade e a corrupção.

Conforme avaliado por Luciana Alberto, porta-voz do “Vem pra Rua” após a saída de Rogerio Chequer, em entrevista concedida para esta pesquisa:

Jamais na história desse país o Congresso Nacional se viu tão pressionado e acuado diante de um povo insatisfeito e ávido por mudanças. A aprovação do pedido de impeachment da Presidente Dilma e o surgimento de nova classe política, representada por agentes políticos de direita, liberais, conservadores, quebrando a hegemonia da tendência à esquerda antes existente, e propondo uma nova agenda política e econômica para o país, em defesa de reformas estruturais, também foi o resultado do clamor popular e das gigantescas manifestações que ocuparam as ruas e avenidas em todo Brasil, impactando a sociedade e o Congresso Nacional.

A partir de 2016, o “Vem pra Rua” se firmou como um movimento social sério e respeitado no cenário político. Uma de suas principais ações foi o lançamento do mapa “Tchau, queridos!”, que marcou uma das maiores renovações do Congresso em anos. Sua credibilidade resultou em convites de autoridades para debater soluções para o país. Entre suas iniciativas, apoiou a PEC do Teto de Gastos, a Reforma da Previdência proposta por Paulo Guedes e o Pacote Anticorrupção de Sergio Moro.⁶²

O movimento também esteve presente em importantes diálogos institucionais, como reuniões com a então Presidente do STF, Ministra Cármen Lúcia, sobre a prisão após condenação em segunda instância. Todos os presidentes da Câmara dos Deputados receberam o “Vem pra Rua” desde seu surgimento abrindo suas agendas para dialogar com o movimento.

⁶² <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/03/paulo-guedes-se-reunira-com-vem-pra-rua-e-mbl-para-apoio-a-agenda-de-reformas-ck7b75rck00lq01ml0kqizys0.html>



O Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, convidou o movimento para participar de um debate no STF sobre o tema: candidaturas avulsas.^{63 64}

Além disso, o “Vem pra Rua” articulou encontros com o grupo Muda Senado, que defendia pautas em sintonia com o movimento, como a instalação da CPI da Lava Toga e a defesa da prisão após condenação em segunda instância. Um marco dessa atuação foi a realização de uma manifestação inédita na Praça dos Três Poderes⁶⁵, com representantes do grupo de senadores e líderes de movimentos discursando sobre a importância dessa CPI⁶⁶. Na ocasião, foi lançado o “Mapa Lava Toga”. Esses são apenas alguns exemplos que demonstram o reconhecimento e a influência alcançados pelo Movimento “Vem pra Rua” após 2016.

A sociedade brasileira passou por um processo de conscientização acerca da importância da participação cívica na política e na definição dos rumos do país, o que resultou em um maior engajamento da população na esfera pública. Esse despertar fomentou uma atitude proativa, substituindo a mera insatisfação passiva por ações concretas em prol de mudanças estruturais. Resta a indagação: esse movimento de mobilização social se manterá contínuo, consolidando-se como um elemento permanente na busca por avanços institucionais que promovam o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a prosperidade nacional?

⁶³ <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/antes-de-sessao-carmen-lucia-recebeu-movimentos-e-fez-promessa/>

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/03/21/carmen-lucia-recebe-movimento-anti-pt-na-vespera-de-analise-sobre-lula.ghml>

⁶⁴ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=432113&ori=1>

⁶⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=o4zkVoGzuaQ>

⁶⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=Ut7dUbWf5sw>



CONCLUSÃO

Entre 2013 e 2016, e nos anos subsequentes sob o governo Temer, houve avanços significativos na interação entre o parlamento e a sociedade civil, impulsionados pela mobilização dos movimentos sociais. Essas organizações utilizaram tanto manifestações presenciais quanto campanhas em redes sociais para pautar temas de interesse público, como o combate à corrupção e à impunidade, a defesa da Operação Lava Jato, a necessidade de reformas estruturantes para o desenvolvimento nacional, a análise de pedidos de impeachment de ministros do STF, a instauração da CPI Lava Toga, o fim do foro privilegiado, a prisão após condenação em segunda instância e o apoio às "10 Medidas contra a Corrupção" propostas pelo Ministério Público. Além disso, demandaram o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, cujo governo teve suas contas rejeitadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Esses movimentos promoveram uma transformação irreversível no comportamento parlamentar, impulsionando a adoção de canais mais eficazes de interlocução com os eleitores. A nova dinâmica política exige que os parlamentares aprimorem suas estratégias de comunicação, estabelecendo redes de diálogo mais diretas e participativas. Com o avanço das tecnologias de comunicação, há agora ferramentas que permitem maior eficiência na transmissão de mensagens e na captação das demandas da população.

Embora persista a crítica de que o Congresso Nacional filtra seletivamente as pautas que atende, observa-se uma crescente influência da sociedade civil sobre o processo legislativo. O advento das redes sociais e a ampliação do acesso à internet foram fatores determinantes na mobilização que antecedeu o impeachment de Dilma Rousseff, conferindo maior alcance às manifestações e consolidando uma nova configuração na relação entre o parlamento e a sociedade.

Segundo aponta Patrícia Pierrotti, uma das líderes do Movimento “Vem pra Rua” São Paulo, em entrevista a esta pesquisa:

Movimentos sociais surgiram em todos os estados, formados por pessoas diversas, com histórias, idades e visões diferentes. Falar da relação do Congresso com esses grupos é falar de sua conexão com a sociedade. Foi quando o parlamento esteve mais próximo do povo. Sem partidos ou instituições por trás, cidadãos com causas distintas se uniram para mudar o Brasil. Pela primeira vez, o Congresso abriu espaço ao diálogo, especialmente com o “Vem pra Rua”, sem conseguir evitar essa aproximação. As pessoas perceberam que podiam cobrar e acessar seus representantes. Os movimentos pressionaram, e os políticos tiveram que ouvir. Qualquer cidadão disposto a transformar o país teve voz. Assistir ao noticiário já não bastava. A participação mostrou que o Congresso também era do povo. O “Vem pra Rua” entendeu isso. A crescente politização da população configura-se como um dos principais legados do Movimento “Vem pra Rua”, evidenciando o fortalecimento da participação cívica e a consolidação do princípio de que o poder deve, de fato, emanar



do povo. Esse fenômeno reflete uma evolução no exercício da democracia, impulsionando debates sobre a viabilidade e os limites da democracia direta e sua possível incorporação aos processos decisórios institucionais.

Para aprimorar a interação entre o Congresso Nacional, os movimentos da sociedade civil e os cidadãos em geral, propõe-se a revisão dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal⁶⁷, com foco na redistribuição das competências atualmente centralizadas nos presidentes das Casas Legislativas. O modelo vigente concede aos presidentes o poder discricionário e individual de definir a pauta das votações, determinando unilateralmente quais proposições serão deliberadas, quais terão seu trâmite suspenso e quais serão arquivadas, incluindo matérias de relevância nacional, como a redução do foro privilegiado, a prisão após condenação em segunda instância e pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), este último de competência exclusiva do Senado.

Como alternativa ao atual modelo, sugere-se a transferência dessa prerrogativa para um colegiado composto pelas Mesas Diretoras e pelo Colégio de Líderes dos partidos, conferindo maior descentralização à gestão do processo legislativo. Essa reestruturação promoveria uma definição mais democrática e representativa da agenda parlamentar, mitigando o risco de concentração de poder decisório e garantindo maior participação dos parlamentares na condução dos trabalhos legislativos. Dessa forma, a deliberação sobre temas de impacto nacional passaria a refletir, de maneira mais fidedigna, os interesses e demandas de distintos segmentos da sociedade e das unidades federativas, fortalecendo o princípio da representação política.

O Congresso Nacional pode aprimorar a transparência e a interação com o eleitorado mediante a implementação de ferramentas digitais que possibilitem o acompanhamento em tempo real das atividades legislativas. Uma alternativa viável seria a adoção de um sistema similar ao “Tchau, Queridos”, plataforma desenvolvida pelo Movimento “Vem pra Rua” em parceria com o Ranking dos Políticos lançada em 2017⁶⁸ ⁶⁹, que registrava e publicizava os posicionamentos dos parlamentares em votações estratégicas. A institucionalização de um mecanismo dessa natureza ampliaria a acessibilidade às informações legislativas, proporcionando ao eleitor maior clareza sobre a conduta de seus representantes e viabilizando

⁶⁷ <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/regimento-do-congresso-nacional>

⁶⁸ <https://www.tribunadeituverava.com.br/movimento-vem-pra-rua-lanca-ferramenta-civica-tchau-queridos/>

⁶⁹ https://www.facebook.com/rankingdospolicos/videos/tchau-queridoso-ranking-dos-politicos-em-parceria-com-o-vem-pra-rua-anunciou-hoj/1498947070223665/?locale=pt_BR



uma avaliação mais criteriosa para futuras eleições. Além disso, tal iniciativa contribuiria para o fortalecimento dos princípios de transparência e *accountability*, essenciais para a consolidação de um processo democrático eficiente e participativo.

No âmbito da governança democrática, a sociedade civil desempenha um papel fundamental na fiscalização e orientação das ações estatais. A ausência de controle social e de reação diante de irregularidades frequentemente noticiadas pela mídia favorece a perpetuação de esquemas ilícitos, que tendem a se tornar progressivamente mais sofisticados e institucionalizados. Nesse contexto, a mobilização popular emerge como um elemento indispensável para a preservação da ética pública e para a contenção de desvios administrativos, assegurando maior integridade na gestão dos recursos públicos e na condução das políticas governamentais.

Segundo avaliação da Dra. Janaína Paschoal, coautora do pedido de impeachment contra a presidente Dilma, em entrevista cedida para esta pesquisa:

Acredito que o povo seja ouvido pelo Congresso Nacional, mas sempre pode melhorar, em especial nas demandas de enxugamento de gastos. Entendo que as manifestações e atuação dos movimentos sociais fortaleceram a democracia pois a classe política percebeu que precisaria considerar a população. Seja pelo próprio afastamento da ex-presidente, seja pelo apoio aos processos e investigações, parece evidente que o País ganhou, ao fortalecer princípios éticos e de transparência.

Conforme os idealizadores do Movimento “Vem pra Rua”, sua atuação não se caracteriza como político-partidária, visto que o movimento não possui mandato eletivo nem reivindica prerrogativas de representação formal da população. Sua principal finalidade é fomentar a mobilização cívica, atuando como uma plataforma para a manifestação de demandas populares. Essa abordagem fundamenta-se na notória desconexão entre a sociedade e as agremiações partidárias, evidenciada pelo fato de que aproximadamente 73% dos brasileiros não possuem filiação ou preferência por partidos políticos. A crescente desilusão com a classe política, permeada pela percepção de que os agentes públicos operam de maneira homogênea e imutável, contribui para um cenário de estagnação e acirramento da polarização ideológica entre segmentos extremistas de direita e esquerda.

Nesse contexto, o movimento ressalta a necessidade de fortalecer a ética na política, promovendo iniciativas alinhadas às expectativas da sociedade. O desenvolvimento desse processo pode estimular a participação de indivíduos íntegros e comprometidos na esfera pública, qualificando o ambiente eleitoral e fomentando escolhas mais conscientes por parte do eleitorado. A inclusão política deve ser incentivada de forma ampla, sem distinções



socioeconômicas, de modo a potencializar a participação cidadã e garantir a construção de um sistema político mais representativo. A mobilização coletiva deve transcender barreiras sociais e ideológicas, unindo cidadãos em torno de pautas que privilegiem o interesse público e o desenvolvimento sustentável da nação.

Desde as manifestações de 2013, a população brasileira passou a reconhecer seu poder de influência para além do sufrágio periódico, compreendendo que a democracia não se restringe ao ato de votar a cada quatro anos. Esse despertar cívico impulsionou uma nova dinâmica de participação popular, consolidando uma cultura de engajamento contínuo e ampliando a percepção da sociedade sobre seu papel na construção de um modelo de governança mais transparente, eficiente e representativo.

Rogerio Chequer, pontua a mudança que houve após esse período nas manifestações, em entrevista cedida para esta pesquisa:

O “Vem pra Rua” nunca teve vínculo com ninguém. O “Vem pra Rua” iniciou um formato de manifestação popular que deu muito certo nessa época, a partir de 2014 até 2018. Esse formato era um formato que o povo ia para rua de forma pacífica. Começou em São Paulo indo para a Paulista. Movimentos falavam de cima de trios elétricos, era um movimento parado, que não andava. Era um movimento que as pessoas usavam as cores do Brasil e bandeiras do Brasil. Naquela época, era um movimento totalmente apartidário e que deu certo porque chegou a levar milhões de pessoas às ruas nos dias 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016. Aproveitando a metodologia que funcionou super bem, o bolsonarismo incorporou essas práticas a partir de 2018. Coloco o “Vem pra Rua” como criador de uma metodologia quando ainda era apolítico e depois chegou o bolsonarismo incorporando as mesmas práticas para outros fins com outras conexões, desta vez político-partidárias.

O Movimento “Vem pra Rua” adotou como lema "Você mudando o Brasil", defendendo a implementação de transformações estruturais que promovessem o desenvolvimento econômico e social do país, com ênfase no combate à corrupção e à impunidade. No entanto, o cenário político e institucional seguiu uma trajetória distinta, resultando em retrocesso, estagnação e paralisia decisória.

Nesse contexto, o Congresso Nacional detém um papel fundamental na promoção das mudanças exigidas pela sociedade. Para tanto, é imprescindível que o Parlamento intensifique sua interlocução com os movimentos sociais e aos cidadãos, aprimorando os mecanismos de transparência e adotando estratégias comunicacionais mais claras e acessíveis à população. Uma governança mais responsiva e participativa contribuiria para o fortalecimento do processo democrático e para a implementação de políticas públicas mais alinhadas às demandas sociais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; FERREIRA, Glenda Dantas; COSTA, Thaysa Taianne Belo. Os movimentos sociais urbanos em Natal-Brasil: Um olhar acerca da sua atuação nos espaços institucionalizados de participação social. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 28–56, 2018.
- ALONSO, A. “A política das ruas? Protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, p. 49-58, 2017.
- ANDRÉS, Roberto. *A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- BAUMGARTNER, Frank e LEECH, Beth. *Basic interests: the importance of groups in politics and in political science*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Revista Nueva Sociedad*. Buenos Aires. p. 4-17, 2015.
- CASTELLS, Manuel “A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política” (2005).
- CHEQUER, Rogerio, BUTTERFIELD, Colin. *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*. Matrix Editora, 20 de set. de 2016 - 292 páginas.
- COSTA, Maria Izabel, IANNI, Aurea. Artigo: O conceito de cidadania”. *Individualização, cidadania, inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica*. 2018.
- DE ORLÉANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe. *Os 7 poderes: O Brasil no século XXI*. Editora: LVM Editora; 1ª edição (14 julho 2024); Páginas: 225 páginas.
- FIGUEIRA, Ricardo Duarte. Artigo: tipificação do crime de terrorismo no Brasil. (2014).
- GONDIM, Linda MP. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 44, 2016.
- JORDANO NETTO, Rodolpho. *Uma geografia política dos protestos sociais: black bloc e táticas espaciais insurgentes no centro da cidade do Rio de Janeiro*. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- HARVEY, David e outros. *Cidades Rebeldes - Passe Livre e as manifestações que tomaram as Ruas do Brasil*. Editora Boitempo, 2013, 112 páginas.
- IASI, Mauro Luis. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Editora Boitempo, 2013, 112 páginas.
- JORDANO NETTO, Rodolpho. *Uma geografia política dos protestos sociais: black bloc e táticas espaciais insurgentes no centro da cidade do Rio de Janeiro*. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

- McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, v. 13, p. 18-51, 2011.
- MOE, Terry. *The organization of interest: incentives and the internal dynamics of political interest groups*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- MOISES, J. O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão / [organizado por: José Álvaro Moisés]. – Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. 135 p.
- MUNCK, G. L.; VERKUILEN, J. "Conceptualizing and measuring democracy: evaluating alternative indices". *Comparative Political Studies*, vol. 35, n° 1, p. 5-34, 1 fev. 2002.
- RAUCH, Jonathan. *Demosclerosis: the silente killer of American governement*. New York: Times Books, 1994.
- RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, Cidoval Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.
- SAKAMOTO, Leonardo Sakamoto. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Editora Boitempo, 2013, 112 páginas.
- SECCO, Lincoln Secco. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Editora Boitempo, 2013, 112 páginas.
- DE SOUZA STURARI, Vinícius. Manifestações brasileiras e o Movimento Vem Pra Rua: breve análise dos acontecimentos. Em *Tese*, v. 17, n. 2, p. 143-159, 2020.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. (Clássicos: 16).
- PAIVA, D.; SOUZA, M. R.; LOPES, G. F. *As percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos*. 2004.
- PEREZ, Olivia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019.
- PEREZ, Olivia Cristina. Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. *Psicologia USP*, v. 35, p. e230103, 2024.
- PISCITELLI, Tathiane. *Direito financeiro*. 6ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. 262 p. 49-50.
- SALISBURY, Robert. "An exchange theory of interest groups", em: *Midwest Journal of Political Science*. Vol. 13, 1969, pp. 1-32.
- TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 17–28, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5208>. Acesso em: 8 maio. 2025.
- VAINER, Carlos. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Editora Boitempo, 2013, 112 páginas.



VILLAYERDE, João. Perigosas pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff. Brasil: Geração Editorial, 2016.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política e Sociedade. v.13, n. 28, 2014.

TRUMAN, David Bicknell. The governmental process: political interests and public opinion. New York: A A Knopf, 1971.



LINKS DE MATÉRIAS, IMAGENS E VÍDEOS

- Dia Internacional da Democracia – Wikipédia, a enciclopédia livre.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Internacional_da_Democracia
- Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil - BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo.amp>
- Wanderley Guilherme dos Santos, em entrevista cedida a Christian Lynch, Insight Inteligência, fev.-mar. 2013, disponível em:
www.insightinteligencia.com.br/60/PDFs/pdf1.pdf
- Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. pag. 59
- Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil - BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo.amp>
- Tipificação do crime de terrorismo no Brasil. Ricardo Duarte Ferreira Figueira. pag 07.
- Vídeo de lançamento do movimento BASTA, idealizado por Colin Butterfield:
<https://www.facebook.com/share/v/1657nKKbkU/?mibextid=wwXIfr>.
- BBC News Brasil – Dez cenas que marcaram os protestos deste domingo. 13 de março de 2016.
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_protestos_marco_10cenas_pai
- Hino Nacional na Manifestação de 16/08/2015:
<https://youtu.be/Ph7I2Jc1tRE?si=r4VhOu7u9cB4VpIh>
- Manifestantes jogam 3 mil rosas brancas em espelho d'água em frente ao Congresso - Política - Estado de Minas .
http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/03/15/interna_politica,627717/manif-estantes-jogam-3mil-rosas-brancas-em-espelho-d-agua-em-frente-ao-congresso.shtml
- Manifestação Largo da Batata São Paulo 22/10/2014.
https://www.youtube.com/shorts/XRDHf_uGMY
- <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/04/12/manifestantes-pedem-intervencao-militar-com-base-em-regra-que-nao-existe.htm?cmpid=copiaecola>
- Trabalho: Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. <https://www.scielo.br/j/soc/a/ML4kzq5k3TybkKdSdsWSSHD/>
- <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/10/20/mulheres-protestam-no-brasil-contrapossivel-vitoria-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>
- <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>
- https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/politica/1414876155_114327.html
- <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/rogerio-chequer-porta-voz-do-vem-pra-rua-comenta-no-roda-viva-a-reacao-de-dilma-e-seus-aliados-as-manifestacoes-de-15-de-marco-8216-eles-nao-entenderam-nada-8217>
- <https://www.youtube.com/watch?v=oZAn4KthDJ4> - entrevista Roda Viva



- <https://oglobo.globo.com/politica/faxinaco-contracorrupcao-na-petrobras-atrai-cerca-de-30-pessoas-na-avenida-paulista-14848145>
- <https://tribunadonorte.com.br/natal/manifestacao-anti-dilma-aquece-venda-de-camisetas/>
- https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_eleicao_congresso_cc
- <https://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=1906>
- <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514574/noticia.html?sequence=1>
- <https://sinpfetro.com.br/noticias/quem-tiver-de-pagar-vai-pagar-afirma-rodriigo-janot-a-manifestantes/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-04/movimentos-de-rua-entregam-pauta-ao-congresso-e-cobram-acao-das-oposicoes>
- <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/procurador-do-tcu-diz-que-governo-praticou-fraude-nas-contas-publicas.html>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/pf-deflagra-16a-fase-da-operacao-lava-jato>
- https://www.youtube.com/watch?v=53rP4y3q_d4 - vídeo do Vem Pra Rua de convocação da manifestação de 16 de agosto de 2015
- <https://mppr.mp.br/Pagina/Conheca-10-Medidas-Contra-Corrupcao>
- <https://www.camara.leg.br/noticias/484225-frente-recebe-2-milhoes-de-assinaturas-a-favor-de-projeto-de-combate-a-corrupcao/>
- <https://oglobo.globo.com/politica/ministro-do-tcu-se-diz-surpreso-com-acao-para-afastar-relator-17692337>
- <https://youtu.be/2qFu189tBqo>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/autores-do-impeachment-de-dilma-pedem-diligencias-e-oitivas-comissao-do>
- <https://youtu.be/ujZkzglHp0c>
- Movimento Brasil Livre. Documentário: Não Vai Ter Golpe! relatando o surgimento do MBL, os acontecimentos relacionados às manifestações e as ações junto ao Congresso Nacional até o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.
<https://youtu.be/NtT1dSPgrkA>
- <https://youtu.be/k9KuYoLfhRU>
- <https://vemprarua.my.canva.site/>
- <https://exame.com/brasil/manifestantes-vao-depositar-ratos-de-papel-no-congresso/>
- <https://www.metropoles.com/distrito-federal/esplanada-dos-ministerios-e-palco-de-protesto-contraa-corrupcao>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/manifestantes-lotam-esplanada-em-defesa-da-operacao-lava-jato>
- <https://extra.globo.com/noticias/mundo/manifestantes-vao-as-ruas-protestar-contracorrupcao-no-pais-em-apoio-lava-jato-20588115.html>
- <https://exame.com/brasil/manifestantes-protestam-contracorrupcao-e-em-apoio-a-lava-jato/>



- <https://www.google.com/search?client=opera&q=manifestação+contra+a+corrupção+na+esplanada+dos+ministerios&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:66a5c787,vid:DyZwV-PBfO0,st:0>
- <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/manifestacao-pro-impeachment-de-dilma-fecha-centro-de-brasilia.html>
- <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/gdf-fecha-eixo-monumental-para-protesto-na-esplanada.ghtml>
- <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/29/congresso-recebe-2-milhoes-de-assinaturas-por-medidas-contra-corrupcao.htm>
- <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/02/lula-foi-mais-de-cem-vezes-sitio-em-atibaia-sp-que-ele-diz-nao-ser-dele.html>
- <https://youtu.be/DxGjSG6UYWI>
- Protestos Impeachment Dilma - 13/03/2016 - Fantástico.
<https://www.youtube.com/watch?v=Hw7HVITxUIc>
- Comissão do impeachment é instalada; Rosso é o presidente e Jovair o relator.
- <https://www.camara.leg.br/noticias/483506-comissao-do-impeachment-e-instalada-rosso-e-o-presidente-e-jovair-o-relator/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/novo-protesto-em-frente-ao-planalto-pede-renuncia-de-dilma>
- <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/fiscais-do-gdf-retiram-manifestantes-anti-pt-da-praca-dos-tres-poderes.html>
- <https://youtu.be/HDHx17ncOGc>
- <https://youtu.be/lHt-CpuWpTs>
- <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/ato-pro-impeachment-e-contra-lula-no-governo-fecha-eixo-monumental.html>
- <https://youtu.be/qA1o4cel6yk>
- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>
- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/movimento-vem-pra-rua-cria-ferramenta-on-line-para-acompanhar-impeachment-5181028.html>
- <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/vem-pra-rua-lanca-o-8220-mapa-do-impeachment-8221>
- <https://youtu.be/w3XMn516YrI>
- https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458832560_657858.html
- <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/43046-muro-da-vergonha>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/manifestantes-instalam-placar-do-impeachment-em-frente-ao-congresso>
- <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupos-pro-e-contra-impeachment-ocupam-esplanada-dos-ministerios.html> .
- Documentário: O muro - processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff
- <https://www.youtube.com/watch?v=9jxk4y7BfFg>
- <https://oglobo.globo.com/politica/bruno-araujo-psdb-pe-da-voto-definitivo-camara-abre-processo-de-impeachmet-contra-dilma-19111346>



- <https://www.estadao.com.br/politica/movimento-vem-para-rua-lanca-livro-sobre-sua-trajetoria/?srsltid=AfmBOop9tSBlu2PyLLE4jad3oflBOZCI01Eo1cCkJ9evdvKkxk0kSzHs>
- <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/43837/ex-fundador-do-pt-ingressa-com-pedido-de-impeachment-de-dilma>
- <https://www.infomoney.com.br/politica/reale-bicudo-e-movimentos-anti-dilma-registram-novo-pedido-de-impeachment/>
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/31/senado>
- <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materias/111574>
- <https://www.meionews.com/cidades-meio/ma/timon/brasil-pune-mais-os-pobres-e-os-negros-diz-ministro-joaquim-barbosa-250239>
- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/03/paulo-guedes-se-reunira-com-vem-para-rua-e-mbl-para-apoio-a-agenda-de-reformas-ck7b75rck00lq01ml0kqizys0.html>
- <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/antes-de-sessao-carmen-lucia-recebeu-movimentos-e-fez-promessa/>
- <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/03/21/carmen-lucia-recebe-movimento-anti-pt-na-vespera-de-analise-sobre-lula.ghtml>
- <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=432113&ori=1>
- <https://www.youtube.com/watch?v=o4zkVoGzuaQ>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Ut7dUbwF5sw>
- <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/regimento-do-congresso-nacional>
- <https://www.tribunadeituverava.com.br/movimento-vem-para-rua-lanca-ferramenta-civica-tchau-queridos/>
- https://www.facebook.com/rankingdospolicos/videos/tchau-queridoso-ranking-dos-politicos-em-parceria-com-o-vem-para-rua-anunciou-hoj/1498947070223665/?locale=pt_BR



APÊNDICES E ANEXOS



APÊNDICE - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS

Cada participante respondeu livremente, seja presencialmente, por áudio ou por escrito. As respostas serviram de base para o desenvolvimento do trabalho, sendo algumas citadas diretamente e outras incorporadas de forma indireta no texto.

- Como foi o diálogo do Congresso Nacional com movimentos organizados da sociedade civil de 2013 a 2016, quando houve as manifestações de rua?
- Quando, quem, como e por que foi criado o movimento “Vem pra Rua”?
- Como foi a criação do movimento “Vem pra Rua”?
- Como o movimento era organizado?
- Quais os objetivos que o movimento “Vem pra Rua” estabeleceu para atuar no cenário político brasileiro e quais estratégias usou?
- Como o Mapa do impeachment foi concebido e qual seu objetivo?
- Como a imprensa se comportou de forma geral em todas as manifestações que aconteceram posteriormente, de 2014 a 2016?
- Como você avalia a feitura dos conteúdos, de lives e vídeos pelo movimento como forma de se comunicar com o Congresso Nacional?
- Você acha que o Congresso Nacional estabeleceu um bom diálogo com os movimentos sociais ou poderia ser melhor?
- Qual sua avaliação da atuação do Movimento “Vem pra Rua” durante os anos de 2015 a 2016 em que organizou junto com outros movimentos grandes manifestações populares em defesa do combate à corrupção e a favor do impeachment da Dilma?
- O povo brasileiro pode dizer que é ouvido pelo Congresso Nacional ou existem falhas que podem melhorar essa interação?
- Você acha que as manifestações de 2015 e 2016 que precederam o impeachment da Dilma fortaleceram ou enfraqueceram a democracia? Se houve um fortalecimento, em que aspectos o país evoluiu com esses acontecimentos?
- Qual foi a sua participação no processo de impeachment?
- Quais as dificuldades que você encontrou dentro do Congresso para desenvolver sua função?
- Qual a estratégia usada pelo movimento para evitar erro de escolha de mote para manifestação quando não estava claro?
- Como o “Vem pra Rua” arrecadava recursos financeiros para custear as despesas com as manifestações, assessoria de imprensa e produção de conteúdos para redes sociais e internet?



ANEXO 1 - CARTA DO POVO BRASILEIRO

Vivemos um quadro assustador de corrupção no seio dos poderes constituídos. A corrupção é histórica, sim, e nem por isso admissível. Há 12 anos, porém, ela se tornou sistêmica e se institucionalizou na máquina pública em níveis sem precedência, como nunca antes visto.

A ineficiência da gestão pública é outro tumor maligno que adoece o país. É responsável por fazer o Brasil um país desigual, mais pobre e estagnado. O Brasil não suporta mais o inchamento, o amadorismo e o clientelismo das máquinas públicas, o conhecido “toma lá, dá cá”.

No campo da moralidade, a ética e a decência desapareceram. A mentira passou a ser procedimento costumeiro nos pronunciamentos do governo federal à nação. A trama da manipulação de dados é um aliado habitual para justificar os consecutivos erros. Contabilidade criativa é o eufemismo que se usa para explicar o injustificável (...) O Partido dos Trabalhadores teve 13 anos de poder para mudar o Brasil, conforme prometeu em sua carta ao povo brasileiro em 2002. Ele recebe agora, do mesmo povo, uma carta que repudia a situação na qual o país foi deixado.

A voz das ruas é uníssona: desaprovação ao governo federal; solicitação de julgamento neutro e condenação de todos os envolvidos em crimes de corrupção; repúdio e revolta às manobras descomprometidas com a justiça e a verdade, protagonizadas por membros da mais alta corte da justiça brasileira.

Atendendo a urgência que o momento exige, viemos neste instante apresentar ao Congresso Nacional a primeira pauta de reivindicações da agenda construtiva para um novo Brasil.

Enfrentamento real da Corrupção através do fim da impunidade; (...) apreciar com transparência os pedidos de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff apresentados ao Congresso; choque de ordem e transparência na gestão pública; fim da doutrinação ideológica e partidária nas escolas; (...) Eleições com registro eletrônico e impresso do voto, auditáveis por empresa idônea e partidos; (...) mandato único – fim de reeleição para todos os cargos executivos.

Exigimos um país politicamente mais ético, economicamente mais forte, socialmente mais justo. Não aceitaremos nada menos do que isso.”

(Carta do Povo Brasileiro – Aliança de Movimentos Democráticos 15/4/2015)



ANEXO 2 - SOBRE AS PEDALADAS FISCAIS

Após a decisão do TCU sobre as contas de Dilma, aumentaram os protestos pelo impeachment. As "pedaladas fiscais" foram atrasos nos repasses do Tesouro a bancos públicos entre 2011 e 2014, para maquiar as contas.

Sobre esse assunto, Villaverde (2016) indica que a equipe econômica decidiu ocultar o custo real das medidas da Nova Matriz Macroeconômica das contas públicas. Assim, manobras contábeis e engenharia financeira passaram a ser usadas a partir de 2012, intensificaram-se em 2013 e atingiram o ápice em 2014, quando a estratégia ultrapassou os limites da política econômica e passou a flertar com a ilegalidade.

As manobras inflaram o superávit fiscal e foram consideradas irregulares. Foram decisivas no impeachment de Dilma em 2016, por violarem a Lei de Responsabilidade Fiscal e geraram debates sobre orçamento e transparência.

Piscitelli (2018, p. 49) ressalta que:

Um dos princípios básicos do equilíbrio orçamentário foi violado que [...] é uma exigência relativa às contas públicas, que deverão apresentar o mesmo montante quando se trata de estimar as receitas e as despesas. Dessa forma, esse princípio busca a igualdade numérica entre as entradas e saídas da administração, afastando-se a presença de déficit ou superávit.

Nascimento (2018) destaca que o gestor deve basear o diagnóstico orçamentário em estimativas realistas, sem superestimar receitas nem subestimar despesas, garantindo a precisão necessária para que o orçamento funcione como ferramenta de gestão, planejamento e controle.

Com essa situação, observa-se que a equipe econômica optou por esconder da sociedade o agravamento das contas públicas, causado por fatores externos e por decisões políticas irresponsáveis, como desonerações e aumento de gastos, priorizando a sustentação de discursos oficiais otimistas em detrimento da transparência fiscal (Villaverde, 2016).

Em 2015, o TCU criticou as "pedaladas fiscais", apontando irregularidades no governo Dilma. Segundo o tribunal, as manobras violavam a Lei de Responsabilidade Fiscal e afetavam a transparência. As extensas pedaladas fiscais do Tesouro forçaram a Caixa a utilizar recursos próprios para manter os pagamentos dos programas do governo, seu controlador. Essa prática configurava possível violação grave da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei do Colarinho Branco, com risco de sanções administrativas e penais — o clima era de absoluto pânico (Villaverde, 2016).



O TCU apontou que o atraso nos repasses financiava programas sociais de forma irregular, distorcendo a situação fiscal. Essa análise sustentou argumentos do impeachment apoiados pelo “Vem pra Rua”. Com base em parecer técnico do TCU que aponte pedaladas fiscais como infração à lei orçamentária, o Congresso tem autonomia política para tratar o caso como crime de responsabilidade e abrir caminho para um impeachment — ou, na mesma medida, ignorar a infração, mesmo que criminosa, para evitar o processo de impedimento.

As pedaladas fiscais no governo Dilma foram além de atrasos pontuais: consistiam na omissão deliberada dos repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos, que arcavam com programas como Minha Casa Minha Vida, abono salarial, seguro-desemprego e subsídios agrícolas com recursos próprios, sem registro contábil imediato. Essa prática violava o princípio da transparência e o regime de caixa da administração pública, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao disfarçar despesas e inflar artificialmente os resultados fiscais. O ministro Augusto Nardes, relator do caso no TCU, apontou essas manobras como infrações à LRF e recomendou a rejeição das contas presidenciais, contribuindo tecnicamente e politicamente para o processo de impeachment (Villaverde, 2016)

O Movimento “Vem pra Rua”, em apoio ao TCU, agendou reuniões com ministros e usou faixas para reforçar a importância do trabalho do tribunal. No dia do julgamento, uma manifestação foi organizada em frente ao TCU, com bandeiras de todos os estados e apoio de líderes de movimentos sociais além do “Vem pra Rua” que foram convidados para estarem juntos nessa ação. Uma caixa de som foi usada para a realização de discursos, o Ministro Nardes se dirigiu à manifestação falando para os manifestantes presentes e jornalistas.

